



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

MÔNICA AGRA DE AZEVÊDO

**MEMÓRIAS DO INGÁ ESCRAVOCRATA: A FAZENDA MATA-NEGROS,
SILENCIAMENTOS E MANIPULAÇÕES**

**CAMPINA GRANDE
2024**

MÔNICA AGRA DE AZEVÊDO

**MEMÓRIAS DO INGÁ ESCRAVOCRATA: A FAZENDA MATA-NEGROS,
SILENCIAMENTOS E MANIPULAÇÕES**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Licenciatura em História do Centro de Educação da Universidade Estadual da Paraíba UEPB - Campus I. em cumprimento ao requisito parcial para obtenção do grau de licenciatura em História.

Área de concentração: História Local.

Orientadora: Prof. Dra. Luíra Freire Monteiro

**CAMPINA GRANDE
2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A994m Azevedo, Monica Agra de.
Memórias do Ingá escravocrata: [manuscrito] : a Fazenda Mata-Negros, silenciamentos e manipulações / Monica Agra de Azevedo. - 2024.
80 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2024.

"Orientação : Prof. Dr. Luíra Freire Monteiro, Departamento de História - CEDUC. "

1. Escravização. 2. Memória. I. Título

21. ed. CDD 981.33

MÔNICA AGRA DE AZEVÊDO

**MEMÓRIAS DO INGÁ ESCRAVOCRATA: A FAZENDA MATA-NEGROS,
SILENCIAMENTOS E MANIPULAÇÕES**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Aprovada em: 27/06/2024.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Luíra Freire Monteiro (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Gildivan Francisco das Neves
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Erik Brito
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

À minha mãe, meu filho e meu marido em reconhecimento ao companheirismo, apoio e dedicação constante, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me permitido chegar até aqui. As dificuldades e desafios são inúmeros, e em meio a tudo isso precisamos acreditar na existência de um Ser Supremo. Isso não torna o caminho mais fácil, mas nos dá a certeza de que não estamos sozinhos e que no final tudo dará certo.

Aos meus pais, e em especial a minha mãe Hosana Azevedo, pois sem a ajuda e contribuição dela nada disso seria possível. Durante esses anos em que passei na Graduação, ela foi o meu pilar de força, apoio e dedicação.

Ao meu filho Thyago Nazareno, meu maior orgulho, a força que me impulsionou a ser uma pessoa melhor a cada dia. Sua presença é o meu maior presente.

Ao meu marido Alexsandro Peixoto por toda paciência que teve comigo durante essa jornada, me incentivando e celebrando cada pequena conquista.

A minha orientadora Luíra Freire, toda gratidão, respeito e admiração. Além de ser uma profissional excepcional, é uma mulher admirável. Sua postura me inspira a seguir em frente com determinação e confiança. Seu exemplo será sempre uma referência para mim, tanto na minha vida acadêmica quanto profissional.

A Emerson, funcionário do Departamento de História e aos professores: Hilmária Xavier, Adilson Ramos, Alan Kardec, Márcia Albuquerque, Alberto Coura, Noêmia Dayana, Alana Moraes, Gildivan Francisco das Neves, José do Egito, Cristina Sales, entre outros que contribuíram de forma ímpar para minha formação.

A banca avaliadora por ter aceito o convite. Expresso minha gratidão pelos apontamentos e pelo conhecimento partilhado. Agradeço pela oportunidade de aprender com suas orientações.

Aos gestores da Escola Municipal Major José Barbosa Monteiro: Agrizônio Valeriano Filho, Valterlins Pereira e Venerly Sayonara, pela compreensão e apoio. Trabalhar com vocês fez toda a diferença.

A coordenadora pedagógica Malú Rique, pela disponibilidade e pelas palavras de incentivo. Uma pessoa prestativa, admirável, sempre pronta a ajudar aqueles que a procuram compartilhando seu conhecimento.

As amigas: Lauriela Felix, Mércia Pereira, Leandra Monteiro e Gisele Dionízio. Toda a minha gratidão. Meus dias são mais leves graças aos momentos que vivemos juntas, sei o quanto torcem por mim e o quanto se alegram com minhas conquistas.

A José Nazareno (*in memoriam*), por ter moldado a pessoa que sou hoje. Essa mulher forte e determinada, ainda tem muito daquela menina que você conheceu.

A Paula Francinete e Dão Silveira, muito mais do que amigos, vocês se tornaram uma extensão da minha família.

A Alexandra Peixoto e Alessandra Peixoto, minha sogra e minha cunhada. Família que me acolheu de braços abertos, a quem tenho muito apreço.

A Giancarlo Souza, Walbelênia Andrade e Valterlucia Fernandes. Apesar de termos seguido caminhos diferentes, nunca irei esquecer de toda confiança que sempre depositaram em mim. Vocês sempre acreditaram no meu potencial.

A Walbênia Andrade e José Vicente Filho pela oportunidade de poder dar os primeiros passos na docência.

Aos colegas de curso: Josefa Francielle, Maria Eduarda Santos, Maria Clara Soares e Marcos Beserra, pelo companheirismo e amizade que se fez presente durante esses quatro anos e meio de curso.

Aos colegas de trabalho: Sílvia Araújo, Carlos Pontes (Carlitos Paraíba), Renata Livia, Suênia Silva, Talita Gama. Mais do que colegas se tornaram amigos. Juntos dividimos as alegrias e desafios do dia a dia.

A Joselma Nascimento, minha professora de História no Ensino Médio, que eu possa ser para os meus alunos o que ela foi para mim. A minha escolha por ser historiadora veio dos professores de História da Educação Básica, que mesmo com recursos tão precários souberam dar o melhor de si.

A Flávio Alegretti por ter cedido o material que vem reunindo acerca das famílias Cabral de Vasconcelos e Mello Azêdo. Sua ajuda foi essencial para a realização dessa pesquisa.

A Cláudio Mello, Júnior de Levi, Vavá da Luz e ao historiador Marcelo Bezerra por terem contribuído com a pesquisa.

Aos funcionários do Fórum Municipal de Ingá, por sempre me tratarem de maneira gentil e educada.

“O historiador é aquele que, a partir dos traços deixados pelo passado, vai em busca da descoberta de como aquilo teria acontecido, processo este que envolve urdidura, montagem, seleção, exclusão.” (Pesavento, 2008, p.54).

RESUMO

A presente pesquisa se propõe a resgatar uma parte obscura do passado escravocrata de Ingá, município localizado no interior da Paraíba: Na segunda metade do século XIX, os cativos além de receberem os castigos usuais registrados em nossa historiografia, tiveram seu destino marcado por um ato cruel de seu dono: foram queimados vivos. A fazenda onde viviam, atualmente conhecida como “Fazenda Mata-Negro”, foi palco de uma série de eventos tenebrosos contra a população de escravos, registrados em livros e artigos, e é um registro de como a memória resiste ao tempo e permite que histórias como essas cheguem até os dias atuais. Os trabalhos acerca dessa temática, até então continham muitas lacunas e apresentavam Luduvico de Mello Azêdo, que hoje nomeia uma das principais ruas da cidade, como o dono da fazenda. No decorrer da pesquisa, surgiram evidências de que Antônio Joaquim do Amaral e Silva teria sido o dono da propriedade. Desse modo, tem-se o seguinte problema de pesquisa: Como a memória histórica da Fazenda Mata-Negro se relaciona com Luduvico de Mello Azêdo e Antônio Joaquim do Amaral e Silva e de que forma questões como resistência, manipulação, esquecimento e silenciamento estão presentes nessa construção memorialística? Nesse sentido, esse trabalho foi possível graças as mudanças historiográficas trazidas pela Escola dos Annales que possibilitou que na ausência de documentos escritos, a história seja reconstruída através de uma variedade de fontes e recursos disponíveis. Para isso, será adotada como metodologia, uma abordagem que combina história oral com pesquisas em arquivos, inventários, processos judiciais, etc., na análise bibliográfica de autores especializados em estudos que envolvam temáticas como escravização, memória, história oral, com ênfase nos trabalhos de Chalhoub (1990), Pollak (1992), Essus (1995), Tedesco (2004), Pesavento (2008), Rocha (2009), Barros (2010), Meihy (2015), França (2019), juntamente com a releitura dos livros do historiador ingaense Alexandre Ferreira. Com isso, foi possível concluir que Luduvico de Mello Azêdo e Antônio Joaquim do Amaral e Silva tem relações com a Fazenda Mata-Negro. Ao mesmo tempo que há uma memória que resistiu ao tempo, há uma construção memorialística por traz dessas figuras que envolve manipulação, esquecimento, silenciamento e normalização de práticas cruéis.

Palavras-Chave: Fazenda Mata-Negro; escravização em Ingá; memória.

ABSTRACT

The present research aims to rescue a dark part of the slave past of Ingá, a municipality located in the interior of Paraíba: In the second half of the 19th century, the captives, in addition to receiving the usual punishments recorded in our historiography, had their fate marked by a cruel act of their owner: they were burned alive. The farm where they lived, currently known as "Fazenda Mata-Negro," was the scene of a series of gruesome events against the slave population, recorded in books and articles, and is a record of how memory withstands time and allows stories like these to reach the present day. The works on this theme, until then, contained many gaps and presented Luduvico de Mello Azêdo, who now names one of the main streets of the city, as the owner of the farm. During the research, evidence emerged that Antônio Joaquim do Amaral e Silva may have been the owner of the property. Thus, the following research problem arises: How does the historical memory of Fazenda Mata-Negro relate to Luduvico de Mello Azêdo and Antônio Joaquim do Amaral e Silva, and how do issues such as resistance, manipulation, forgetting, and silencing are present in this memorial construction? In this sense, this work was made possible thanks to the historiographical changes brought about by the Annales School, which made it possible that in the absence of written documents, history can be reconstructed through a variety of sources and resources available. For this, a methodology will be adopted that combines oral history with research in archives, inventories, legal proceedings, etc., in the bibliographical analysis of authors specialized in studies involving themes such as enslavement, memory, oral history, with an emphasis on the works of Chalhoub (1990), Pollak (1992), Essus (1995), Tedesco (2004), Pesavento (2008), Rocha (2009), Barros (2010), Meihy (2015), França (2019), along with on the reinterpretation of the books by the Ingá historian Alexandre Ferreira. As a result, it was possible to conclude that Luduvico de Mello Azêdo and Antônio Joaquim do Amaral e Silva have relations with Fazenda Mata-Negro. While there is a memory that has withstood time, there is a memorial construction behind these figures that involves manipulation, forgetting, silencing, and normalization of cruel practices.

Keywords: Fazenda Mata-Negro; enslavement in Ingá; memory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Fazenda Mata-Negro	25
Figura 2: Referência a Deolinda de Mello Azedo na relação dos herdeiros de João de Mello Azêdo	29
Figura 3: Luduvico de Mello Azêdo como morador de Gameleira.....	31
Figura 4: Inquérito Policial envolvendo Luduvico de Mello Azêdo.....	32
Figura 5: "Mapa" da escravidão em Ingá.....	42
Figura 6: Antiga fachada do Casarão Senzala	43
Figura 7: José SINVAL - antigo dono da Fazenda Mata-Negro	46
Figura 8: Antônio Joaquim do Amaral e Silva.....	51
Figura 9: Assinatura de Antônio Joaquim Do Amaral - delegado de Polícia	52
Figura 10: Agricultores e Lavradores da Parahyba.....	53
Figura 11: Estabelecimentos voltados para a indústria do algodão em Ingá.....	54
Figura 12: Manoel Ramos do Amaral e Jardelina Travassos da Luz	55
Figura 13: Renomeação de Antônio Joaquim para exercer função de Juiz	56
Figura 14: Imposto de prédio pertencente a Antônio Joaquim.....	57
Figura 15: Imposto de indústria e armazém de Antônio Joaquim do Amaral	58
Figura 16: Alistamento Eleitoral de Antônio Joaquim do Amaral e Silva	59
Figura 17: Antiga placa que nomeava a rua "Ludovico de Mello Azedo"	61

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	EXPLORANDO O PASSADO.....	19
2.1	Mata-Negro: Um capítulo sombrio na história de ingá.....	20
2.2	As controvérsias por trás de Luduvico de Mello Azêdo	26
2.3	Inventário de João de Mello Azedo [Filho]	28
2.4	O embate judicial entre Luduvico de Mello Azêdo e o padre José Alves.....	31
3	CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA ORAL PARA REINTERPRETAÇÃO DA FAZENDA MATA-NEGRO.....	37
3.1	A importância da história oral na transmissão do conhecimento	37
3.2	Sombras do passado: Memórias narrativas do Mata-Negro	38
4	HERANÇA ESQUECIDA: ANTÔNIO JOAQUIM DO AMARAL E SILVA E A HISTÓRIA OCULTA DO MATA-NEGRO	48
4.1	Um olhar sobre a história local.....	48
4.2	A história “esquecida” de Antônio Joaquim do Amaral e Silva.....	50
4.3	A face oculta da lei: trajetória de Antônio Joaquim no judiciário.....	56
5	“VOZES SUBMERSAS”: SILENCIAMENTO E MANIPULAÇÃO DA MEMÓRIA NA RUA LUDOVICO DE MELLO AZEDO	60
5.1	Entre história e memória.....	63
5.2	O “dever de memória”.	65
5.3	Silenciamento imposto ou naturalização de um fato?.....	67
6	CONCLUSÃO	69
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73
	Fontes.....	78

1 INTRODUÇÃO

Por séculos, a escravização de negros foi naturalizada, como uma prática comum da economia do Brasil. Em diferentes momentos, as formas escravistas vigentes em nossa organização social se refizeram e se aprofundaram, tornando ainda mais dramática e desumana a experiência multissecular de milhões de africanos que foram trazidos à força para essas terras (Chalhoub, 2012). Essa triste “herança” influenciou as relações sociais, econômicas e culturais de diferentes lugares.

Na Paraíba oitocentista, de acordo com Leonília Maria de Amorim, o cenário, tanto rural como urbano, era repleto de negros. “O destino deles era quase sempre o mesmo: troncos, chicotes, ferros em brasa, formigueiros, navalhadas. Castigos terríveis eram aplicados aos revoltados” (2021, p.55), o que demonstra que castigar os escravizados era uma prática recorrente e, apesar de desumana, foi normalizada no contexto em questão.

Em grande parte das cidades paraibanas os moradores desconhecem o passado escravista de sua localidade. Entretanto, o mesmo não acontece na cidade de Ingá. Desde a minha infância ouvia falar da existência de um lugar onde matavam-se escravos. Naquele momento, mesmo sem entender a complexidade por trás de todo aquele sofrimento, sentia o quanto aquela história chamava a minha atenção. Desse modo, o presente trabalho nasceu das minhas inquietações com relação a essas narrativas e da necessidade de conhecer mais acerca de histórias que transpassaram o tempo e se mostram bem atuais na memória do povo ingaense.

Além de estar inserida no campo da história local e regional a questão também está envolvida nas noções de memória e patrimônio, uma vez que a memória coletiva e as marcas do período de escravização se manifestam no cotidiano e na identidade da população de Ingá. Histórias como as que ocorreram ali chegaram aos nossos dias graças aos relatos que passaram de geração em geração. Para João Carlos Tedesco (2004) conservar, transmitir, sobreviver, difundir-se e memorizar são elementos da esfera biológica que podem servir para a análise histórica do social.

Nesse sentido, o que diferencia a memória local da memória de outros lugares é aquilo que fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e ratifica as fronteiras socioculturais. Para Essus (1995) essa coesão é realizada pela adesão de um grupo, criada a partir de um processo de conciliação entre memória individual e coletiva

alçada pela preservação de determinadas lembranças e narradas por diferentes gerações.

Dessa forma, o que marcou a memória das pessoas e fizeram com que esses relatos fossem contados e recontados permitindo, assim, que chegassem aos dias atuais, foi sem dúvidas, o seu teor chocante. Os escravizados de Ingá, além de sofrerem os castigos que comumente são conhecidos pela historiografia, os que viveram em uma determinada fazenda tiveram seu triste destino marcado por um ato sombrio de seu dono.

Hoje a Fazenda que é conhecida popularmente como Mata-Negro, é assim chamada porque lá, como diz seu nome, matavam-se escravos. Isso marcou a população do lugar de tal forma, que as pessoas e até mesmo seu atual dono desconhecem que a fazenda tenha possuído um outro nome, o que nos leva a questionar: teria sido essa uma prática recorrente naquela fazenda?

A escravidão vista como peça fundamental da engrenagem que movia a economia brasileira chegava a segunda metade do século XIX com a certeza de que teria um fim. De acordo com Manoel (2020) a elite buscou meios para que o fim do cativo fosse adiado. A estratégia adotada foi criar regras para libertá-los paulatinamente, através de uma transição gradual.

Nesse viés, a implementação de leis como a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei do Sexagenário (1885) não visou atender os interesses humanitários dos escravizados, mas serviram como uma forma de manobrar esse gradualismo e continuar explorando a mão de obra escrava (Manoel, 2020).

Em Ingá, esse turbulento cenário dos anos 1870-1880 mexeu com o funcionamento da Fazenda Mata-Negros. O local era visto como muito bonito e próspero. No entanto, o equilíbrio habitual durou até os escravos envelhecerem, e não darem mais conta do trabalho, sendo encarados como prejuízo. "Motivo" que levou seu dono a ter uma ideia que "iria marcar não só o destino dos que faziam parte de seu plano macabro, como também, todo o imaginário popular do lugar" (Ferreira, 2017, p.86). O fazendeiro,

Pedi aos seus escravos velhos e moribundos que encoivarassem o mato seco em torno das árvores de baraúna e por toda a extensão do terreno em que se encontravam plantadas. Depois os ordenou que entrassem nessas coivaras e logo após ateou fogo no mato seco. Os velhos cativos não encontraram uma solução melhor para tentar salvar suas pobres e miseráveis vidas, se não subir nos troncos das grossas baraúnas. Morreram todos assados agarrados ao

tronco das árvores tentando fugir das chamas do fogo que consumia tudo ao seu redor. A partir deste momento a fazenda que antes não tinha nome (pelo menos que alguém se lembre) passa a ser chamada de Fazenda Mata Negro¹ (Conceição, entrevista, 2004 apud Ferreira, 2017, p.86).

Vale salientar que o senhor de escravos poderia ter usado qualquer outro meio, para “livrar-se” dos pobres cativos que Ferreira (2017) traz em seu relato como velhos e “inutilizados” para o trabalho. Até mesmo, vendê-los, já que escravos eram considerados “peças” caras para a época, ou alforria-los, já que haviam se tornado um fardo para ele. E por que não o fez? Isso nos instiga a levantar uma hipótese de que esses escravizados eram para terem sido alforriados pela Lei Áurea. Mas, ao invés de alforria-los, seu dono teria escolhido a opção mais perversa e maldosa: resolveu que a morte seria suficiente para por um fim no destino daquelas vidas.

O autor que me instigou a desenvolver essa pesquisa foi o escritor ingaense Alexandre Ferreira, que de maneira singular buscou resgatar a história não escrita de Ingá. Em um dos capítulos da obra *Ingá: Retalhos da História... resquícios de memória*, Ferreira (2017) traz à tona as memórias de sua mãe Maria de Lourdes da Conceição, que quando criança ouvia muitas histórias de sua avó, referentes aos tempos da escravização no Ingá. Entre essas inúmeras histórias, uma lhe chamava a atenção e dizia respeito à um lugar de extremo sofrimento, onde as pessoas foram queimadas vivas, por não terem mais utilidade para os trabalhos braçais.

Tais histórias eram muito semelhantes as narrativas que ouvia quando criança. No entanto, quando fui mais a fundo na pesquisa, percebi que os relatos trazidos pelo historiador em seus livros apresentavam divergências com a documentação encontrada e com o relato de outras pessoas. Sua narrativa é passível de questionamentos e traz á tona muitas dúvidas acerca da veracidade das informações prestadas.

Uma delas, diz respeito a Luduvico de Mello Azêdo, que segundo a sua narrativa seria o dono da Fazenda Mata-Negro. No entanto, de acordo com inventário de João de Mello Azedo, seu tio/sogro e o processo movido pelo padre José Alves Cavalcante de Albuquerque, Luduvico de Mello Azêdo seria morador de Gameleira, lugarejo que atualmente divide-se em uma parte pertencente a Mogeiro e outra parte a Ingá, sem nenhum tipo de referência dele como proprietário de terras na localidade

¹ Com o Novo Acordo Ortográfico, o acento diferencial da palavra “nego” (se referindo a uma pessoa negra) foi oficialmente retirado. Entretanto, neste trabalho, quando estiver se referindo a trechos das obras do escritor ingaense será preservada a grafia utilizada por ele.

do Zabelê, onde está localizada a fazenda.

Outra divergência, foi o aparecimento de Antônio Joaquim do Amaral e Silva como proprietário da fazenda. A família Amaral e Silva foi uma família de muita influência em Ingá, detentora de escravos e ligada à cultura do algodão. Entretanto, nas obras de Ferreira, não há nenhum tipo de referência a Antônio Joaquim do Amaral e Silva como senhor de escravos, mesmo sendo uma obra que versa sobre a escravidão em Ingá².

A partir disso, muitos questionamentos surgem acerca do acontecimento: Qual a relação de Luduvico de Mello Azêdo com o fato ocorrido na Fazenda Mata-Negro? O que levou o dono da fazenda a cometer tal ato? Por que esses escravos na sua concepção, estavam “inutilizados”? Teria Antônio Joaquim do Amaral e Silva alguma relação com a Fazenda Mata-Negro? Por que não foram encontrados relatos escritos e “oficiais” acerca de um acontecimento tão chocante? O que levou o escritor ingaense a construir a figura de Luduvico de Mello Azêdo como o “culpado” dessas mortes? Quem foi Luduvico de Mello Azêdo e o que levou esse homem a ser homenageado com o nome de uma das principais ruas da cidade?

Em vista disso, surge como problema de pesquisa a seguinte questão: Como a memória histórica da Fazenda Mata-Negro se relaciona com Luduvico de Mello Azêdo e Antônio Joaquim do Amaral e Silva e de que forma questões como resistência, manipulação, esquecimento e silenciamento estão presentes nessa construção memorialística?

Sendo assim, a pesquisa sobre a Fazenda Mata-Negros, o Capitão Antônio Joaquim do Amaral e Silva e Luduvico de Mello Azêdo, considerado o grande responsável pela morte desses cativos, apresenta relevância histórica e social bastante significativa. Primeiramente, é de fundamental importância fazer um resgate da história local e com isso descobrir indícios que levem a uma compreensão dos aspectos relacionados a escravização do negro e suas consequências até os dias de hoje. Ao mesmo tempo, espera-se entender a amplitude dessa temática a partir de elementos que fizeram parte da realidade local desses moradores.

Este tipo de trabalho só foi possível graças às mudanças historiográficas trazidas pela Escola dos Annales. José D’Assunção Barros (2010) destaca que sua proposta ia contra o Historicismo, abordagem pautada no antigo modo de escrever a

² Ferreira (2016) atribui à propriedade da fazenda a Luduvico de Mello Azedo.

História de maneira linear com início e fim, preocupando-se apenas em contar os fatos, sem qualquer tipo de contextualização. Nesse viés, a Escola do Annales busca romper com a “história factual”.

Em contradição, ainda de acordo com Barros (2010), surge a História-Problema, também dos Annales, que tenta reconstruir o vivido através de problemas e motivações da época do próprio historiador.

Trabalhar com “problema” pressupõe o gesto de reconhecê-lo e explicitar para os leitores os conceitos e fundamentos que estão por trás dos problemas e das escolhas historiográficas, e não esconder este conceito dos olhos do leitor, para forjar o mito da neutralidade. Tudo na História-Problema deve ser explícito: também as fontes, os métodos e mesmo o lugar de onde o historiador se pronuncia (Barros, 2010, p.93).

Também possibilitou que na ausência de documentos escritos, a história seja reconstruída através de uma variedade de fontes e recursos disponíveis. Sobre essa questão, Lucien Febvre (1989) já nos alertava em *Combates pela História* que

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando eles existem. Mas ela pode fazer-se, ela deve fazer-se sem documentos escritos, se não os houver. Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, à falta das flores habituais. Portanto, com palavras. Com signos. Com paisagens e telhas. Com formas de cultivo e ervas daninhas. Com eclipses da lua e cangas de bois. Com exames de pedras por geólogos e análises de espadas de metal por químicos. Numa palavra, com tudo aquilo que, pertencendo ao homem, serve o homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem (Febvre, 1989, p. 249).

Conforme a citação acima, Febvre (1989) enfatiza que o historiador pode recorrer a outras fontes usando sua criatividade e habilidade para "fabricar seu mel" a partir de diferentes elementos, o que abriu espaço para a utilização de diferentes tipos de fontes que o historiador pode fazer uso para realização do seu ofício. Nisso recai a importância de compreender e interpretar todos esses elementos. Ao mesmo tempo que permite uma compreensão mais rica e diversificada da história, mesmo em situações em que os documentos escritos são escassos ou ausentes.

Com isso, o objetivo geral proposto foi resgatar uma parte obscura da história local como um meio de compreender a realidade da escravização no Brasil e sobretudo, em âmbito local, analisando o papel desempenhado por Luduvico de Mello Azêdo na consolidação de práticas cruéis e desumanas.

Os objetivos específicos são: Desvendar as circunstâncias perturbadoras que cercam a Fazenda Mata-Negro, examinando novas versões acerca do acontecimento; compreender as dinâmicas de poder, dominação e opressão presentes na sociedade

escravista local, analisando as relações sociais e econômicas existentes; analisar como se deu a construção da memória a partir da história local e sua relação com os lugares de memória no município de Ingá.

Por fim, a divulgação dessa história trágica visa fazer um registro desse acontecimento, impedindo que a memória desse fato se apague. Apesar de desconhecidas, sabemos que essas pessoas existiram e tiveram suas tristes vidas marcadas por um fatídico acontecimento. Ao trazer à tona os episódios de violência e barbárie cometidos contra esses escravizados, pretende-se contribuir para a construção de uma sociedade onde o passado doloroso não seja esquecido, mas sim utilizado como ferramenta de transformação e conscientização.

A metodologia adotada para a realização desse trabalho está pautada na análise e releitura de duas obras de Alexandre Ferreira, *Ingá: Retalhos de História... resquícios de memória* e *O gládio, o chicote e os gritos que não se ouviram da Senzala: História e memória da escravidão na vila do Ingá na segunda metade do século XIX* que narram esses acontecimentos. Esses registros serão confrontados com novas fontes, como processos judiciais, registros policiais, inventários, impostos residenciais e de estabelecimentos comerciais, alistamentos eleitorais, que possam trazer informações acerca de Luduvico de Mello Azedo e da família Amaral e Silva, e que ajudem a compreender como eles se comportavam perante a sociedade.

O manuseio com esse tipo de fonte requer cuidado, pois são muito frágeis, embora não aparentem. Além de tudo são fontes manuscritas. Nesse sentido, Carlos Bacellar (2008) faz um alerta acerca das dificuldades de pesquisa com esse tipo de fonte

as primeiras tentativas de leitura de um documento de arquivo deixarão claro que o pesquisador precisa se “moldar” a uma ortografia e a uma gramática diferenciadas. Mesmo documentos datilografados ou jornais têm escritura distinta, e com tais características devemos fazer a transcrição. Contudo, para o documento manuscrito é preciso, antes de tudo, acostumar-se com a caligrafia (Bacellar, 2008, p.55).

Além disso, para alicerçar a pesquisa convém fazermos uma análise bibliográfica de autores especializados em estudos que envolvam temáticas como escravização, memória, história oral, com ênfase nos trabalhos de Chalhoub (1990), Pollak (1992), Thompson (1992), Essus (1995), Tedesco (2004), Pesavento (2008), Rocha (2009), Barros (2010), Meihy (2015), França (2015;2019).

Para chegarmos a respostas mais contundentes acerca da nossa problematização, as fontes serão confrontadas com entrevistas orais. Por meio da

memória oral a História do Mata-Negro sobreviveu. Essa memória só chegou até a atualidade por que todo o sofrimento desses escravizados, marcou a população de tal forma que acabou sendo passada de geração em geração. Muitas vezes, confundindo fantasia e realidade, mas sobretudo, sobrevivendo ao tempo.

Para isso, atingiu grande êxito aquilo que Ecléa Bosi chama de “memória dos velhos,” uma espécie singular de obrigação social, que não pesa aos homens de outras idades: “a obrigação de lembrar e lembrar bem” (Bosi, 1984, p.24). Dessa forma, foi através dessa memória dos mais velhos, que foi possível que as novas gerações tivessem acesso à história desse acontecimento.

Nesse sentido, a memória se mostra importante para a construção da identidade local, uma vez que a memória dos habitantes faz com que seus moradores percebam, na fisionomia da cidade, sua própria história de vida, suas experiências sociais e lutas cotidianas, construindo dessa forma, uma noção de que pertence aquele lugar. Desse modo,

a memória é, pois, imprescindível na medida em que esclarece sobre o vínculo entre a sucessão de gerações e o tempo histórico que a acompanha. Sem isso, a população urbana não tem condições de compreender a história de sua cidade, como seu espaço urbano foi produzido pelos homens através do tempo, nem a origem do processo que a caracterizou. Enfim, sem a memória não se pode situar na própria cidade, pois perde-se o elo afetivo que propicia a relação habitante-cidade, impossibilitando ao morador de se reconhecer enquanto cidadão de direitos e deveres e sujeitos da história (Oriá, 2015, p.139).

Em suma, será adotada uma abordagem que combina História Oral, com pesquisa em arquivos e revisão bibliográfica. A coleta de dados por meio das entrevistas proporcionará o relato de perspectivas individuais. A pesquisa em arquivos permitirá o acesso a fontes primárias e documentos históricos relevantes para a análise do período estudado. Por fim, a revisão bibliográfica em livros e artigos contribuirá para a contextualização teórica e uma compreensão mais ampla da temática abordada.

No primeiro capítulo intitulado “*Explorando o passado*” discorreremos acerca do acontecimento na Fazenda Mata-Negro e da narrativa que foi construída de que Luduvico de Mello Azêdo seria o dono da fazenda. Desse modo traremos fontes adicionais que apresentam controvérsias acerca das informações que se tinham até então sobre ele.

No segundo capítulo *Contribuições da “História Oral para reinterpretação da Fazenda Mata-Negro”* iniciaremos com uma explanação acerca da importância da história oral e traremos algumas memórias narrativas acerca da história do Mata-Negro. Essas memórias trazem Antônio Joaquim do Amaral e Silva como dono da fazenda e apresentam Luduvico de Mello Azêdo como um feitor de escravos.

O terceiro capítulo *“Herança esquecida: Antônio Joaquim do Amaral e Silva e a história oculta do Mata-Negro”* apresentaremos informações acerca dessa figura. O dono da fazenda Mata-Negro, o homem que esteve por trás das mortes dos escravizados, é um nome que permanece apagado da história e da memória do lugar. Desse modo, traremos algumas informações sobre quem foi Antônio Joaquim do Amaral e Silva e a influência social que possuía.

No quarto capítulo *“Vozes submersas: silenciamento e manipulação da memória na rua Ludovico de Mello Azedo”* discutiremos acerca da problemática de se ter o nome de uma rua em homenagem a essa figura tão controversa, um homem cruel que castigava escravizados e que pode ter relações com as mortes no Mata-Negro. Nesse sentido, faremos uma reflexão acerca da memória, seja como um ato de resistência ou como uma construção em que narrativas dominantes, silenciamentos e manipulações da memória fazem parte de um mesmo elo.

2 EXPLORANDO O PASSADO

Conhecido como Terra das Itacoatiaras, o município de Ingá está localizado na mesorregião do Agreste paraibano e na microrregião de Itabaiana. Contava em 2022, no último censo realizado, com uma área de 262 179 km² e uma população de 17.692 habitantes. (IBGE, 2022)

Sua formação administrativa se inicia através da Lei nº 06 de 03 de novembro de 1840, que eleva a povoação da localidade a categoria de vila com a denominação de Vila do Imperador, tendo no ano seguinte adquirido a condição de Freguesia sobre a invocação de Nossa Senhora da Conceição. Esse foi um processo permeado por atropelos, com uma sequência de decretos que ora revogavam a criação da Lei (1841), ora voltavam a criá-la (1843) (Sorrentino,1993).

De acordo com o Sorrentino (1993), o nome oficial da vila - a do Imperador, nunca chegou a convencer ninguém. “Nem seus moradores, nem intelectuais, nem mesmos os governantes” (1993, p.27). Os próprios relatórios se referiam sempre à vila como sendo a do Ingá. Sendo assim, a partir de 23 de maio de 1846, a Vila do Imperador passou a chamar-se Villa do Ingá.

Seu rápido desenvolvimento se deu devido a introdução da cultura algodoeira, que mudaria a face do Agreste, se associando a outras atividades econômicas a exemplo da agricultura de subsistência e a pecuária.

Atualmente limita-se com os municípios de Serra Redonda e Juarez Távora ao norte; Fagundes e Itatuba ao sul; Mogeiro a leste e Campina Grande e Riachão do Bacamarte ao oeste (Ferreira, 2017). Possui um grande potencial turístico. Seu principal atrativo é a “Pedra Itacoatiara” ou “Pedra do Ingá”, um monumento arqueológico, com inscrições rupestres que despertam o interesse de estudiosos e turistas do mundo inteiro.

É considerada uma cidade pequena devido às suas dimensões modestas. No entanto, a aparente simplicidade de suas ruas e casas não se equiparam a grandiosidade de sua história. Cada esquina guarda segredos e memórias que se refletem no panorama histórico e cultural da região. E uma dessas memórias permanece viva no imaginário local e nos fala de um fatídico caso envolvendo alguns escravos que teriam morrido queimados.

2.1 Mata-Negro: Um capítulo sombrio na história de Ingá

Foi a partir das memórias de Maria de Lourdes da Conceição e das histórias que ela ouvia de sua avó Maria, que Alexandre Ferreira (2016) trouxe à tona a existência de um lugar que chamou a atenção pela violência ocorrida ali e pela forma como marcou o imaginário local.

Pesavento (2008) ao interpretar Lucian Bóia assegura que o imaginário pressupõe imagens sensíveis a serem resgatadas pelo historiador. Para se chegar ao que ele denomina como "sensibilidades de um outro tempo" é necessário que elas tenham deixado um rastro que chegue até o presente, como um registro escrito, falado, imagético ou material, a fim de que o historiador possa acessá-las. No caso da fazenda Mata-Negro esse registro se deu, especialmente, por meio das memórias orais e através de duas obras de Alexandre Ferreira.

Em *Ingá Retalhos da História...Resquícius de memórias*, Ferreira (2017) descreve no capítulo intitulado *O caso do Mata Negro do Ingá*, as histórias que ouviu de sua mãe Maria de Lourdes da Conceição concernentes a morte dos escravizados na fazenda.

Ao perceber a necessidade de um aprofundamento acerca dessa temática, Ferreira se debruça na construção de uma nova obra *O gládio, o chicote e os gritos que não se ouviram da senzala. História e memória da escravidão na Vila de Ingá na segunda metade do século XIX*. O próprio título do livro por si só já é instigante, uma vez que nos provoca uma reflexão: se houveram gritos porque não foram ouvidos? Para Ferreira, "negar os gritos de liberdade que ecoaram das senzalas de Ingá, é segregar a própria cultura do município ao lugar do esquecimento" (2016, p.23).

Grande parte de sua pesquisa é fundamentada em relatos orais de sua mãe e de antigas moradoras da fazenda. A estrutura de sua obra parte de uma visão geral, onde ele aborda aspectos da escravidão no Brasil e na Paraíba, antes de se debruçar mais a fundo no seu objeto de pesquisa que são os aspectos da escravização em Ingá, com ênfase no caso ocorrido na fazenda Mata-Negro.

No capítulo *Memória e história da escravidão no Mata Negro do Ingá*, enfatiza que as atrocidades ocorridas na fazenda não podem ser consideradas menos verdade por não estarem no patamar positivista onde o documento era a única fonte confiável de pesquisa. Nesse viés, a história oral foi a peça fundamental para a composição de sua obra.

Ao falar das dificuldades em encontrar documentos escritos e “oficiais” sobre o assunto ressalta que nem mesmo nos arquivos do Fórum Municipal conseguiu encontrar o processo criminal ou qualquer outro tipo de documento escrito que fizesse referência a esse acontecimento. Ao escrever uma narrativa construída a partir das memórias de sua mãe e das histórias que ela ouviu da avó, fica um questionamento se por trás desses relatos não há também uma memória construída pelo próprio historiador, uma vez que ao empreender uma pesquisa mais aprofundada sobre Luduvico de Mello Azedo, que julgava ser o dono da fazenda, não se atentou a questões simples como o fato dele não ser morador de Ingá e sim de Gameleira.

Além da fazenda Mata-Negro descreve outras designações que o povo escolheu para identificar localidades próximas a fazenda, como é o caso do “Arrasto,” local para onde os escravos eram “arrastados” depois de mortos. Será mesmo que eles eram arrastados para lá só depois de mortos? Ou eles também eram arrastados para o local para sofrerem castigos que os levavam a morte? Será que escravos doentes não eram abandonados à própria sorte nesse local? Por ser uma fração de terra dentro da fazenda Mata-Negro não seria um indício de que matar escravos naquela fazenda era uma prática corriqueira? É importante ficarmos atentos para questões como essas.

No capítulo *Rua da Senzala: o tribunal da memória ou sarcasmo da História*, problematiza a nomeação da rua Luduvico de Mello Azedo, visto por ele como o dono da fazenda e principal responsável pelas mortes dos escravizados.

Vale salientar, que a mão de obra escrava era utilizada em algumas fazendas da vila de Ingá, a exemplo da fazenda Mata-Negro. Distante mais ou menos 3 km da sua sede e próxima a localidade conhecida como Zabelê, essa fazenda tinha no algodão, seu principal produto. De acordo com Diniz (2018, p.31) "o cultivo do algodão se sobressaia por oferecer a possibilidade de outras culturas serem desenvolvidas, tal como mandioca, milho, feijão, arroz e legumes,³ servindo para o consumo e abastecendo as populações locais com seus excedentes". Desse modo, era uma cultura proveitosa aos olhos de seus produtores, devido a essa possibilidade de desenvolver variados produtos ao mesmo tempo.

As memórias orais de Maria de Lourdes da Conceição, coletadas em entrevistas concedidas ao seu filho, o escritor Alexandre Ferreira, falam da existência de um lugar de muito sofrimento onde as pessoas eram queimadas vivas e quando não tinham mais

³ Conhecida como algodão consorciado.

utilidade para o trabalho, por estarem velhas ou doentes, seu proprietário se desfazia delas. João Carlos Tedesco (2004, p.34) afirma que “lidar com memória é mexer com gente, com interpretações presentificadas⁴ e, por que não dizer, intencionalizadas;⁵ com representações sociais e fatos históricos naturalizados e/ou pouco explicados em termos de origem, objetivo, intencionalidades.”

O escravo era considerado uma “peça” e muitas das vezes uma “peça” cara. O investidor assumia um valor monetário por aquele escravizado e fazia uso dele como uma ferramenta produtora de riqueza. Sua vida era utilizada para um fim específico: o trabalho. É no mínimo intrigante, pensar no que aconteceu na fazenda Mata-Negro e nas razões que levaram o fazendeiro a queimá-los, uma vez que o fato de estarem velhos e cansados não seria justificativa para um ato tão perverso. Com isso, estava queimando não só a vida daqueles que se dedicaram ao trabalho, mas também o seu próprio dinheiro.

Nesse contexto, Ferreira (2016) argumenta que quando adoeciam ou ficavam velhos se tornavam uma peça danificada e, portanto, uma peça descartável. Sendo assim, um escravo doente representava prejuízo para o seu proprietário. Seguindo essa lógica, matar vários dos seus escravizados, não seria um prejuízo muito maior? Caso não quisesse arcar com os gastos referentes à moradia e a alimentação do escravo, abandoná-los a própria sorte, que por si só já se configura como um ato de maldade, não teria sido uma alternativa melhor? Parece que no caso do Mata-Negro não. Para o fazendeiro, a morte foi escolhida como a melhor saída para resolver aquilo que julgava ser um problema.

O escravizado era visto pelos observadores estrangeiros e pelos brasileiros “bem-nascidos” através de uma ideologia do trabalho que postulava diferenças radicais entre a cultura do homem livre e a do cativo. Isso foi perpetuado durante todo o período escravista, o que gerou fortes preconceitos raciais e culturais. Por esse motivo, em muitas fontes narrativas dessa época é possível constatar um olhar enviesado e míope da situação que viviam. Eles não se empenhavam em registrar minuciosamente o comportamento e os valores dos escravizados em sua vida íntima (Slenes, 1999). Isso demonstra como esses observadores enxergavam os escravizados, vendo-os como

⁴O termo “interpretação presentificada” utilizado por Tedesco (2004) sugere que essas interpretações não são apenas uma questão de passado, mas que também está enraizada no presente, de tal modo que ainda permanece na memória das pessoas.

⁵A menção que o autor faz ao termo “intencionalizadas” indica que a memória também pode ser influenciada por intenções específicas, sejam elas conscientes ou inconscientes.

propriedades, seres inferiores ou simplesmente “coisas”. Motivo que os impediu de se envolver em suas vidas pessoais.

Em *Visões da Liberdade*, Sidney Chalhoub (1990) destaca que a contestação da violência na escravidão é apenas um ponto de partida. Vale salientar que a crença de que essa contestação basta, acabou gerando mitos e imobilismo na produção historiográfica. Conseqüentemente, essa discussão leva a um dos mitos mais célebres da historiografia: a coisificação do escravo. Para ele,

O problema da coisificação dos escravos ganha uma dimensão bem mais abrangente. A definição legal do escravo como “coisa” se transforma numa condição social, havendo aqui a pretensão de apreender ou descrever a experiência histórica desses negros (Chalhoub, 1990, p.36-37).

Duas interpretações surgem a partir dessa questão: a dos proprietários que pareciam acreditar que estavam lidando com criaturas que se assemelhavam a gado e a do cativo que acreditavam na sua inferioridade em relação ao homem livre. Assim, “a definição do escravo como ‘coisa’ vinha acompanhada de uma violência social que parecia inerente à escravidão”.

Ferreira (2016) discorre a respeito de uma cumplicidade e harmonia existente entre a paisagem, o negro cativo e o senhor de terras. No entanto, é difícil imaginar que naquele lugar tenha existido cumplicidade entre o senhor de terras e o negro, visto que no imaginário⁶ local aparece apenas a imagem de um homem cruel.

A violência foi uma das características mais marcantes do período escravista. Os castigos eram comuns, sendo inclusive permitidos por lei e pela Igreja Católica. Vílson Santos (2013) destaca a existência de leis que impunham um certo limite ao arbítrio e a cólera dos senhores. No entanto, essas leis não eram cumpridas na prática. Muitas vezes, porque escravos e senhores desconheciam ou negligenciavam o uso da lei. Nem mesmo o prejuízo de perder um cativo aplacava a ira e o excesso dos castigos e punições. Emília Viotti da Costa na obra *Da senzala à colônia* (1998) reforça essa questão,

os crimes que ocorriam no interior das senzalas nem sempre chegavam ao conhecimento público, mas quando isso acontecia, embora a lei nesses casos determinasse a punição do senhor, este acabava absolvido. A justiça era, na maior parte das vezes, era conivente e aceitava as suas justificativas. (Viotti, 1998, p.345)

⁶ Pesavento (2008) define o imaginário como um sistema de ideias e imagens de representações coletivas que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido real ao mundo. “O imaginário é histórico e datado, ou seja, em cada época os homens constroem representações para conferir sentido ao real” (Pesavento, 2008, p.43). Ao citar Le Goff (1996) ressalta que “tudo aquilo que o homem considera como sendo a realidade é o próprio imaginário” (Pesavento, 2008, p.44).

Na fazenda Mata-Negro a violência marcou as pessoas de tal forma que esse relato foi perpetuado, atravessando gerações. De acordo com Ferreira (2016) o fazendeiro pediu para que os escravos velhos e moribundos encoivarassem⁷ o mato seco, em torno das árvores de baraúna e por toda a extensão do terreno em que estivessem plantadas. Depois ordenou que os negros entrassem nessas coivaras e logo ateou fogo no mato seco.

Segundo o referido autor, em uma última tentativa, esses escravos ainda tentaram subir nos troncos das baraúnas. Como? Se eram cativos velhos e doentes? Porque não buscaram outros meios para escapar? Teriam sido impedidos de tentar sair da “coivara”? O que nos leva a crer que possivelmente esse impedimento teria se dado pelo uso de armas. Não existia para eles outro destino senão a morte. O fogo consumiu tudo ao seu redor inclusive suas vidas.

Ferreira (2016) relata que a partir deste momento, a fazenda passou a ser chamada de Mata-Negro⁸. No entanto, não há evidências que atestem que esse tenha sido o único motivo. Aquele poderia ser um local em que práticas como essas, eram recorrentes e vistas como “normais” para a época.

Não foram encontradas evidências que atestem o ano exato em que essas mortes aconteceram, uma vez que não foram encontrados processos judiciais ou registros policiais que atestem o fato. Não sabemos o que aconteceu com esses documentos, se foram extraviados, corroídos pela ação do tempo, ou sequer existiram. No entanto, há uma possível hipótese, baseada em relatos orais de moradores ingaenses, de que as mortes teriam acontecido por volta da década de 1880, próximo à abolição da escravatura. Indo mais a fundo nessa questão, não teria sido a assinatura da Lei Áurea grande motivadora dessa questão? Teria seu dono preferido mata-los ao invés de simplesmente conceder-lhes a liberdade?

⁷ A coivara é uma técnica de agricultura que consiste na derrubada de uma área de floresta primária ou de capoeira alta que, em seguida, é deixada para secar e depois é queimada. Nessas clareiras, são plantadas roças por um período de dois a três anos. Depois disso, são gradualmente abandonadas, sendo visitadas, apenas, para a coleta de frutos.

⁸ Não foram encontradas fontes acerca do nome da fazenda antes, nem mesmo as pessoas entrevistadas souberam responder.

Figura 1: Fazenda Mata-Negro



Fonte: Acervo da autora, 2024.

Os nomes desses escravizados desapareceram, assim como suas vidas, mas eles existiram, e se tornaram um foco da luta negra que continua persistindo até hoje. Como um triunfo da memória sobre o esquecimento. Esse acontecimento traz a importância de preservar e honrar as experiências, histórias e legados de pessoas simples. O triunfo ocorre quando as memórias individuais resistem a apagamentos, sejam eles intencionais ou resultado do tempo.

O ato de violência ocorrido no Mata-Negro marcou a população de tal forma que ainda hoje escutam-se os relatos desse episódio. Os livros de Ferreira (2016;2017), de certo modo, contribuíram para que as pessoas que desconheciam esse passado buscassem conhecer um pouco mais sobre histórias como as que ocorreram no Mata-Negro. Ao mesmo tempo, que instigou minha curiosidade, surgindo o desejo de me aprofundar no assunto.

Ferreira (2016;2017) em vários momentos enfatiza as dificuldades de encontrar fontes históricas que dessem respaldo a sua pesquisa e foi através da história oral e da memória de pessoas mais velhas que encontrou algumas respostas para as perguntas e questionamentos que trazia consigo.

2.2 As controvérsias por trás de Luduvico de Mello Azêdo

Ferreira (2016) e alguns relatos populares atribuem o ocorrido na Fazenda Mata-Negros a Luduvico de Mello Azêdo,⁹ nome de uma das principais ruas do bairro conhecido popularmente como Bairro da Senzala. O bairro que nunca perdeu a sua nomenclatura de origem, é assim chamado porque no período da escravização em Ingá existia uma senzala que também é atribuída a Luduvico de Mello Azêdo.

O autor apresenta poucas fontes escritas sobre o então “fazendeiro” e senhor de escravos. Dentre elas, cita o resumo histórico do município de Mogeiro-PB que diz que Luduvico de Mello Azêdo seria filho do coronel João Ludovico de Melo Azedo. Segundo o resumo citado anteriormente, o coronel era proprietário de grande extensão de terras que começava em Campina Grande, passava por Ingá e terminava em Mogeiro.

Ferreira (2016) traz como fonte algumas informações contidas no inventário do coronel “João Ludovico de Melo Azedo” que se encontra nos arquivos do Fórum de Ingá. Segundo ele, através da análise que fez no inventário, Luduvico de Mello Azêdo seria o quarto filho do primeiro casamento de seu pai e um dos 16 herdeiros de sua fortuna.

Ao encontrar o inventário¹⁰ foi realizada uma análise criteriosa da fonte. É importante ressaltar que, ao examiná-lo detalhadamente foram identificadas algumas inconsistências que demandam atenção. Estas inconsistências variam desde a disparidade nas informações apresentadas até divergências nas interpretações dos dados históricos. Este cenário ressalta a complexidade inerente à natureza das fontes utilizadas bem como a necessidade de adotar uma postura crítica e cautelosa diante dos fatos.

O coronel João Ludovico de Mello Azedo não se chamava assim. De acordo com o inventário,¹¹ o seu nome era João de Mello Azedo, residente no lugar Bôa Vista em

⁹Nos dois livros que tratam sobre o assunto “O gládio, o chicote e os gritos que não se ouviram da Senzala: História e memória da escravidão na vila do Ingá na segunda metade do século XIX” e “Ingá: Retalhos de História... resquícios de memória”, Ferreira traz a grafia do nome como “Ludovico de Melo Azedo.” Neste trabalho será utilizado Luduvico de Mello Azêdo que é a forma como o nome aparece nos documentos e como ele assinava, sendo utilizada a grafia “Ludovico de Melo Azedo” apenas nas citações das obras do referido autor.

¹⁰Os inventários e testamentos são regidos por lei. De acordo com Brito e Filho (2013) durante o século XIX, a forma como deveriam ser organizados estava sob a coordenação das Ordenações Filipinas que vigoraram no Brasil até os primeiros decênios do século XX. Acerca da estrutura estavam divididos em bens imóveis: mobiliários, fazendas, prata, ouro e os bens “semoventes” (bens móveis): animais, carroças e escravos. Além das dívidas ativas e passivas.

¹¹ Inventário *post-mortem* de João de Mello Azedo, 1883. Ingá: Arquivo do Fórum Municipal.

Ingá,¹² filho legítimo de João de Mello Azedo e Theresa de Jesus Cabral de Vasconcelos.

De acordo com a pesquisa realizada por Aduino Ramos em 2004 intitulada *Os Mello Azêdo da Paraíba*, o patriarca dos Mello Azedo é o capitão João de Mello Azedo. Nascido em Portugal em 1776, cavaleiro da Ordem de Cristo pelo decreto 2-XII-1828.¹³ Segundo Mello (2016) ele teria vindo para o Brasil em circunstâncias não conhecidas, o que leva a crer que essa mudança teria se dado como clandestino em um navio veleiro, já que era uma prática muito comum na época. Ao chegar no porto de Recife, em setembro de 1794, foi visto pela Almirante da embarcação que o reconheceu. Com medo de ser deportado de volta, fugiu para o interior da capitania de Pernambuco, mais precisamente em São Lourenço da Mata. Com muitas dificuldades financeiras, apelou para o comércio ambulante, tornando-se mascate. Em viagens até Tracunhaém,¹⁴ mudou-se para lá, onde construiu um pequeno sobrado de pedra.

Nas viagens que fez como negociante chegou ao interior da Paraíba, na localidade conhecida como Mogeiro, então distrito de Pilar. Em Mogeiro fez amizade com um grande proprietário de terras, com quem firmou laços de amizade, chegando a se casar com sua filha Theresa de Jesus Cabral de Vasconcelos (Mello, 2016).

De acordo com Aduino Ramos (2004, p. 9) o casal teria tido 22 filhos. Entretanto, no inventário de D. Thereza constam apenas 14 herdeiros do casal, o que se subentende que possivelmente os outros oito filhos, teriam morrido, já que a mortalidade infantil na época era muito elevada e muitas crianças morriam.

Conforme descrito por Melo (2016) ao se casar com Theresa de Jesus, deixou a vida de mascate e passou a se dedicar à agricultura, instalando-se no sítio Boa Vista, próximo a Serra Verde. Prosperou na vida, tornando-se um dos grandes produtores de algodão da província da Paraíba, em meados da primeira metade do século XIX. Assim

¹² Boa Vista atualmente pertence a zona rural do município de Mogeiro, próximo a comunidade de Serra Verde. Na data de abertura do inventário, Mogeiro pertencia a Ingá. No mesmo ano (1893), Mogeiro foi desmembrado de Ingá e anexado a Itabaiana.

¹³ A Ordem de Cristo era herdeira direta dos Cavaleiros Templários, extintos em 1312. Os templários possuíam grande poder e riqueza durante as Cruzadas e funcionavam como uma espécie de tropa de elite bem treinada. O serviço prestado por estas instituições aos monarcas cristãos, foi largamente recompensado com bens, terras, castelos e outras regalias, tornando-os poderosos e influentes. O processo antitemplário foi liderado pelo rei da França Felipe, o Belo e pelo papa Clemente V. A partir daí, os templários passaram a ser acusados de heresia, imoralidade e sodomia, passando a sofrer perseguições também em Portugal. Devido a essas perseguições muito dos templários passaram a parte da Ordem de Cristo.

¹⁴ Pertencente a Zona da Mata pernambucana.

que o seu primogênito João de Mello Azedo Filho,¹⁵ mostrou-se em condições de ajudá-lo, entregou a Fazenda Boa Vista e transferiu-se para a várzea do Paraíba, onde passou a se dedicar aos engenhos de açúcar que adquiriu.

Por muito tempo exerceu a chefia política na região de Cruz do Espírito Santo - PB, onde possuiu o engenho Poxi de Cima, localizada na várzea do rio Paraíba (Ramos, 2004). Segundo Mello (2016) teve grande projeção social, sendo capitão da vila de Pilar, durante muitos anos. Tendo por vezes, sido afastado por circunstâncias políticas.

2.3 Inventário de João de Mello Azedo [Filho]

No processo de abertura do inventário de João de Mello Azedo¹⁶ que teve início em 01 de junho de 1893, o juiz de órfãos Doutor Belmiro Hemilho Cavalcante Souto manda intimar a viúva – cabeça do casal¹⁷ – dona Anna Maria da Conceição para que no dia 06 de junho daquele ano, comparecesse diante do juiz para prestar os devidos esclarecimentos para a divisão dos bens do falecido marido.

Entre outras coisas, foi perguntado a viúva o dia, mês e ano do falecimento do seu esposo, se tinha deixado testamento, herdeiros e suas idades.

O mesmo faleceu no dia 26 de outubro de 1892, deixando testamento em duas cópias, feitas em 22 de abril de 1890.¹⁸ O coronel já vinha doente e com dificuldades de escrever. Por esse motivo, o testamento foi escrito por Manoel Ferreira da Cruz e Francisco Augusto da Fonseca Aragão, seus amigos, tendo ele comparecido no cartório com duas testemunhas para validar o testamento.

Ferreira, diz que Luduvico de Mello Azêdo seria um dos dezesseis filhos de João de Mello Azedo. Entretanto, através da análise do inventário nota-se algumas inconsistências nesse relato: Na abertura do inventário João de Mello Azedo tinha treze

¹⁵ Há evidências de que o último sobrenome de João de Mello Azedo tinha a terminação Filho. Entretanto, em algumas fontes encontradas ele não assinava como João de Mello Azedo Filho, um exemplo disso é a forma como aparece no seu inventário. Ele também foi Juiz Municipal na Villa de Ingá e não assinava o sobrenome Filho nos processos.

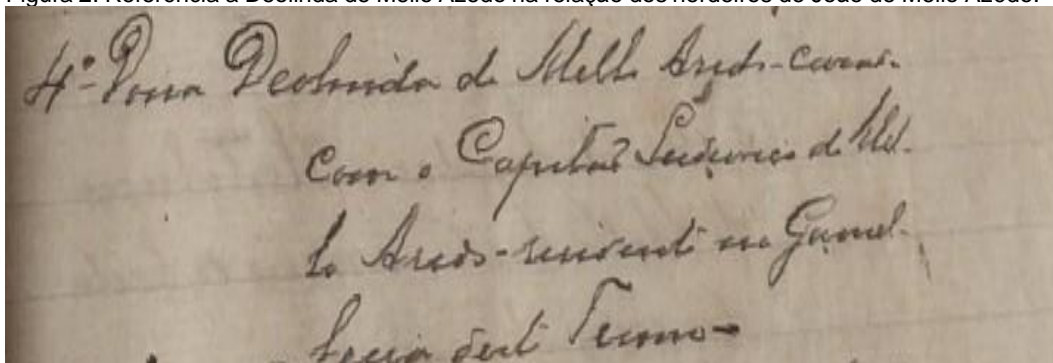
¹⁶ A partir daqui será utilizado apenas João de Mello Azedo.

¹⁷ Termo comumente usado em inventários para se referir ao cônjuge, responsável por administrar os bens do falecido até a partilha. É também sua função informar aos herdeiros o desenvolvimento do processo de herança

¹⁸ De acordo com Furtado (2009) o testamento pode ser produzido nos momentos que antecedem a morte (o que pode significar alguns instantes, horas, ou como no caso do coronel, alguns anos) e nele fica registrado a última vontade do testador, em relação ao que ele quer que seja feito com os seus bens. Evidencia-se o direito do indivíduo em impor sua vontade na partilha desses bens.

filhos vivos¹⁹ e não dezesseis, como afirmou Ferreira. Ludivico de Mello Azêdo não é filho de João de Mello Azedo, como mencionou, era na verdade genro e sobrinho.²⁰ Sua esposa dona Deolinda de Mello Azêdo que era filha de João de Mello Azedo e de dona Anna Esmeraldina Cabral de Vasconcelos, primeira esposa de João de Mello Azedo, conforme podemos observar na imagem abaixo:

Figura 2: Referência a Deolinda de Mello Azedo na relação dos herdeiros de João de Mello Azêdo.



Fonte: Inventário de João de Mello Azedo, 1893.

A parte referente aos bens herdados por Deolinda de Mello Azêdo somaram a quantia equivalente a 537\$536 (quinhentos e trinta e sete mil quinhentos e trinta e seis) réis, divididos em um quadro de Jesus, Maria e José; uma casa de farinha e uma bolandeira²¹ localizada em Granjeiro e parte de uma propriedade em Serra Verde que foi dividida entre os herdeiros do primeiro casamento.

O testamento não cita a quantidade de escravos que possuíam, por ter sido escrito após a abolição, mas faz referência à três escravas (Marcelina, Luiza e Magdalena) que foram dadas como parte do dote de uma das filhas. Uma das escravas já havia falecido e as outras duas foram libertadas quando a lei foi assinada. Os bens descritos levam a construção de um cenário de uma vida dedicada a agropecuária, como terras, instrumentos de trabalho, animais, etc.

¹⁹ No Termo de Juramento, a viúva D. Anna Maria da Conceição declarou que o falecido marido havia deixado treze filhos: seis do primeiro leito, seis do segundo leito e um do terceiro leito, totalizando 13 filhos.

²⁰ Adauto Ramos (2004) também argumenta acerca de um outro filho do casal João de Mello Azedo e Theresa de Jesus Cabral de Vasconcelos: o major Félix de Melo Azedo, casado com Alexandrina de Jesus Coutinho: pais de Ludivico de Mello Azêdo, senhor do engenho Gameleira. Ramos não especifica a localização do engenho e se há relação com o lugar Gameleira pertencente à região de Mogeiro.

²¹ Máquina muito usada em moinhos de açúcar. Na cultura do algodão, tornava o produto próprio para ser utilizado.

O fato do pai ter deixado o quadro com a imagem dos santos leva a uma dedução de que a filha seria muito religiosa. O que pode ser evidenciado pelas doações feitas por Luduvico de Mello Azêdo para a reforma do prédio da Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Seu nome e o de Antônio Joaquim do Amaral e Silva constam no Quadro dos Beneméritos das Obras de Conclusão da Matriz. A obra teve início em 27 de novembro de 1887 e foi inaugurada em 30 de maio de 1913 na Festa do Sagrado Coração de Jesus pelo vigário João Borges de Salles. O coronel fez parte do grupo de terceira classe, doando uma quantia equivalente a vinte mil réis (20\$000). Em reconhecimento a esse “ato de generosidade” foram celebradas cinco missas para todos os doadores da terceira classe.

O inventário de João de Mello Azêdo (1893) traz muitos questionamentos acerca das interpretações de Ferreira (2016). Para Furtado (2009) testamentos e inventários constituem ricas fontes para o trabalho do historiador, pois apontam “aspectos, tendências e valores de uma sociedade, como testemunhos tanto de sua cultura quanto de sua esfera material” (2009, p.105-106). Porém, Furtado argumenta que alguns cuidados devem ser tomados ao escolher esse tipo de fonte. Entre eles, o mais importante é estar atento a possibilidade de haver distorções nas informações e foi o que aconteceu no caso do historiador ingaense.

No inventário, as moradias de João de Mello Azêdo e de seus filhos fazem referência aos lugares: Bôa Vista, Granjeiro, Tamanduá, Serra Verde e Gameleira, todos pertencentes a Ingá na época.²² A única exceção é dona Virgília Leopoldina de Mello Azedo que era casada com o Capitão Pedro Cavalcante da Cunha Filho e moravam no Engenho Açude Novo em Timbaúba-PE. Entretanto, antes de casar, ela morava com o pai em Bôa Vista. Portanto, não há referências que possam afirmar que João de Mello Azêdo era proprietário de grande extensão de terras, que começavam em Campina Grande, passavam por Ingá e terminavam em Mogeiro, como afirmou Ferreira. O certo é que ele possuía terras que se concentravam na região da atual cidade de Mogeiro.

É bastante intrigante que Ferreira (2016) não tenha se atentado que o inventário cita Luduvico de Mello Azêdo como morador de Gameleira, sem fazer nenhuma referência ao lugar denominado Zabelê, onde a Fazenda Mata-Negros se localiza. Ou se atentou e não quis dificultar sua pesquisa. Conforme Todorov, citado por Barroncas

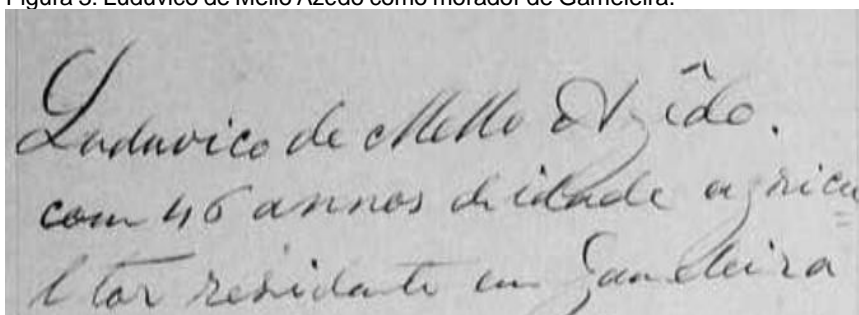
²² Atualmente esses lugares fazem parte de Mogeiro, com exceção de Gameleira que uma parte pertence a Ingá e outra parte pertence a Mogeiro.

(2012), o historiador tem um compromisso com a verdade. Ele não pode ignorar documentos ou evidências que contradizem seu estudo. Nesse sentido, é perceptível que faltou um aprofundamento nas fontes que utilizou.

Pesavento (2008) analisa que a autoridade de fala do historiador, se dá por meio da responsabilidade que ele adquire ao empregar os indícios pesquisados. Através das citações, ele evidencia que cumpriu o seu ofício, pesquisando também em fontes documentais. Ao apresentar essa pesquisa a um público, seu objetivo passa a ser convencê-lo de que está oferecendo uma verdade do acontecido. Esse público, muitas vezes, não vai refazer o percurso do historiador junto aos arquivos e as fontes e possivelmente também não lerá os autores que dialogam com sua pesquisa. Portanto, o historiador precisa estar a par da sua responsabilidade perante a sociedade.

Não obstante, a referência de Luduvico de Mello Azêdo como morador de Gameleira aparece também no Registro de Casamento de José Dias de Almeida e Antônia Maria da Conceição, em que foi uma das testemunhas. O casamento foi realizado na Paroquia de Nossa Senhora da Conceição, localizada na então vila de Ingá no dia 17 de dezembro de 1890, onde esteve presente o juiz de paz em exercício o cidadão Tenente João Carneiro de Mesquita. Na época, estava com 46 anos de idade e era agricultor.

Figura 3: Luduvico de Mello Azêdo como morador de Gameleira.



Luduvico de Mello Azêdo,
com 46 annos de idade agricultor
e tar residente em Gameleira

Fonte: Registro de Casamento, 1890, fl. 29v. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-6XC5-WK?cc=2015754&wc=WPJL>. Acesso em: 30 abr. 2024.

2.4 O embate judicial entre Luduvico de Mello Azêdo e o padre José Alves

A análise de um processo judicial movido pelo padre José Alves Cavalcante de Albuquerque em 1898, trazem indícios de como Luduvico de Mello Azêdo se comportava perante a sociedade oitocentista, apresentando aspectos políticos, sociais

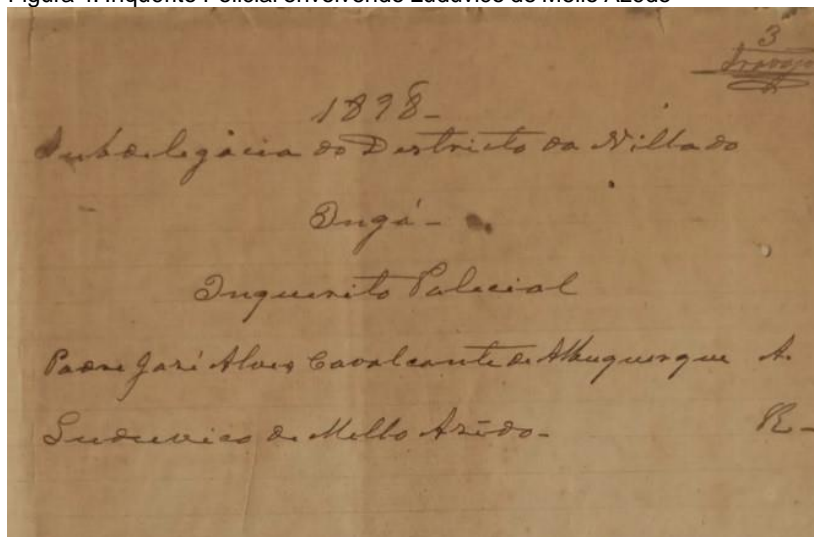
e econômicos da época. Ao mesmo tempo, que visa desconstruir a narrativa de Ferreira (2016) que apresenta Azedo como um homem muito rico e poderoso.

Os processos criminais nesse recorte reúnem em sua construção diferentes interesses. Muitas vezes, acusação e defesa distorciam a realidade social para obterem vitória no caso. Em outras, a justiça, podia ser usada como forma de repressão e dominação social para atacar inimigos e obter vantagens pessoais. Por sua vez, as testemunhas podiam sentir medo da influência social dos interrogadores e, assim, tentarem dizer o que achavam que deveriam, para não se comprometerem. Assim como podiam exagerar nos detalhes do ocorrido (Santo, 2023).

De acordo com o processo iniciado em 17 de março de 1898, o réu após ter se intrigado do padre, passou a insultá-lo em diferentes lugares, com injúrias e insultos. Um desses insultos teria se dado no dia 26 de fevereiro de 1898 na taverna do Alferes José Aprígio de Araújo, localizada na Rua do Rosário, em frente à feira. Quando o padre passou, foi chamado de “ladrão”, “cornô”, “negro de pé zambeta” e outras palavras que denegriam a sua reputação e deixavam explícito a repulsa do acusado pela condição racial do pároco.

As injúrias continuaram em diferentes lugares. Dias depois, em uma outra ocasião em Gameleira, local onde o coronel residia²³ e posteriormente na casa de José Francisco Ribeiro na Rua Boa Vista, ele deferiu as mesmas palavras, sempre aos gritos, fato que se tornou contínuo e passou a incomodar o padre que procurou a justiça, a fim de processá-lo por crime de injúria verbal.

Figura 4: Inquérito Policial envolvendo Luduvico de Mello Azêdo



Fonte: Inquérito Policial, 1898, fl. 3.

²³ Mais uma vez Luduvico de Mello Azêdo é apresentado como morador de Gameleira.

De acordo com Grinberg (2009) os processos crimes e cíveis dão voz a todos os segmentos sociais. A convocação de testemunhas, permite recuperar as relações de vizinhança, as redes de sociabilidade, as rixas, e sobretudo, os pequenos atos cotidianos das populações do passado. Contudo, alguns cuidados devem ser tomados na utilização desse tipo de fonte, uma vez que o trabalho com qualquer tipo de documentação requer que o pesquisador saiba ao certo do que se trata. No caso dos processos criminais é necessária uma análise inicial dos diferentes contextos e temporalidades.

Após o depoimento das testemunhas ficou plenamente provado que o acusado vinha insultando frequentemente o padre com palavras que feriam sua conduta e reputação. Não havendo limites: falava dele onde chegava, insultando-o sempre aos gritos, se escondendo por trás de seu prestígio político e social, chegando seu advogado, nos autos do processo, a insinuar que seu constituinte não seria passível de culpa por ser Tenente Coronel da Guarda Nacional.

Silva (2017) ressalta que comumente as famílias abastardas da Paraíba associavam suas carreiras as armas como forma de aumentar os laços de dominação e controle social.²⁴ A preocupação com a ordem era um aspecto importante desde o início do estabelecimento do império. Logo, a Guarda Nacional nasce com o intuito de fortalecer o poder central e dependiam dos proprietários rurais para servirem como oficiais e realizarem seus recrutamentos.

Costa (2013) atesta que a Guarda Nacional foi criada por uma lei de 18 de agosto de 1831. Na Parahyba, os primeiros registros se deram através de uma correspondência enviada ao presidente da província a Francisco José Meira, pedindo a aceleração na criação da Guarda Nacional na então província. Na vila de Ingá, o juiz de paz José Joaquim de Britto respondeu a um ofício do presidente da província Antônio Joaquim de Mello em 12 de abril de 1833 que pediu para que fosse cumprida a Lei.

Em pesquisas acerca da legislação provincial sobre Campina Grande, Raul Ferreira (2009) encontrou o Decreto nº 1.192, de 08 de junho de 1853, que organiza a Guarda Nacional dos Municípios de Ingá e Campina.

DECRETO N° 1.192 – de 8 de junho de 1853.
Organiza a Guarda Nacional dos Municípios do Ingá e Campina Grande da Província da Parahyba. Attendendo á Proposta do Presidente da Província da Parahyba: Hei por bem Decretar o seguinte:

²⁴ Segundo Lidiana Justo da Costa (2013) um dos pré-requisitos para ser escolhido para fazer parte da Guarda Nacional era ser pertencente a elite local e afinados com o governo da província.

Art. 1º. Fica creado nos Municípios de Ingá e Campina Grande da Província da Parahyba, hum Commando Superior de Guardas Nacionaes, o qual comprehenderá dois Batalhões de Infantaria e oito Companhias cada hum, com a designação de nono e decimo do serviço activo, e huma Companhia, e huma Secção de Companhia do serviço da reserva.

Art. 2º. Os batalhões terão as suas paradas nos lugares que lhes foram marcados pelo Presidente da Província, na conformidade da Lei.

José Ildefonso de Souza Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar, Palácio do Rio de Janeiro em oito de Junho de mil oitocentos e cincoenta e tres, trigésimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de sua Majestade o Imperador (as) José Ildefonso de Souza Ramos. (FERREIRA, 2012, p.34)²⁵

Luduvico de Mello Azêdo era capitão da antiga Guarda Nacional da 3ª Companhia do décimo Batalhão de Infantaria de Campina a Ingá e na data do processo Tenente Coronel comandante do 26º Batalhão da Villa de Ingá.

De acordo com o jornal *LIBERAL PARAHYBANO* de 05 de agosto de 1882, Luduvico de Mello Azêdo foi nomeado pelo vice-presidente da província²⁶ sob proposta do tenente coronel do 10º batalhão de Infantaria das Comarcas de Ingá e Campina Grande, através dos termos do art. 71 da Lei nº 602 de 19 de setembro de 1950 e em execução a Lei nº 2394 de 10 de setembro de 1873 e do decreto nº 5573 de 21 de março de 1874, todos vigentes na época.

O fato do réu ser Tenente Coronel da Guarda Nacional foi refutado pelo promotor do processo, que alegou que no direito criminal o réu deve ser julgado independentemente da posição social que ocupasse, sendo o réu culpado pelo crime que estava sendo acusado.

Ao compreender a impossibilidade de destruir as provas do processo Luduvico de Mello Azêdo, disse que o autor da denúncia por ser padre não deveria acusa-lo. Em contrapartida o vigário, sendo amigo da atual situação política dominante, alegou que procurou resolver a situação pelos meios legais para evitar retaliações contra o acusado, uma vez que algum aliado seu vendo o acusado em “descomposturas” contra o autor poderia “atirar contra ele.”

Doralice Amâncio da Silva apresenta em um contexto mais amplo, que o índice de violência principalmente no interior da Paraíba, onde comumente existia a prática de

²⁵ O texto legal foi trazido por Raul Ferreira no livro *Relatos de Campina* e foi preservada a sua ortografia original. O decreto passou pelo crivo do Conselheiro da Seção de Justiça do Estado, José Ildefonso de Souza Ramos, Barão das Três Barras e Segundo Visconde de Jaguarí.

²⁶ Forma como o vice-governador era chamado. Antes da República os governadores eram denominados presidentes das províncias.

se fazer justiça com as próprias mãos, se constituía em "diferentes formas de vingança em que os embates políticos e as rixas pessoais eram resolvidas na bala ou na peixeira" (2017, p.13). Tais práticas, tiveram suas raízes atreladas a força das elites locais, sobretudo influenciadas pela lógica do mandonismo e do poder do coronel, que frequentemente nomeava homens, os famosos "capangas" para manter e estabelecer a ordem.

De acordo com Eliete de Queiroz Gurjão (1994) "a corrupção e a violência caracterizavam as lutas entre oligarquia situacionista e oposicionista nos municípios. Era comum 'coronéis mandarem seus 'cabras' emboscar e agredir elementos adversários" (1994, p.57).

Por sua vez, Silva (2017, p.22) destaca que "frequentemente ocorriam alianças políticas e familiares para que houvesse a ampliação do poder local." Comumente essas políticas se configuravam através de barganhas, troca de favores e proteção dos aliados. Muitas das rixas pessoais e dos conflitos políticos ocorriam por causa de divergências partidárias que faziam parte de um contexto social em que a concentração de riquezas e bens desempenhavam um papel crucial.

Desse modo, é possível perceber que as divergências entre eles se deram por razões políticas. Luduvico de Mello Azêdo foi vereador em 1883,²⁷ conforme consta em processo judicial contra o presidente da câmara Eustáquio Carneiro de Mesquita por crime de responsabilidade, datado de 18 de agosto de 1883. Com a chegada da República, a situação política de Ingá mudou, novas alianças foram feitas e Mello Azêdo acabou perdendo o prestígio político que possuía.

Após exame atento das provas contidas nos autos foi estipulada uma fiança de 870\$000 (oitocentos e setenta mil réis) a ser paga no prazo de 31 dias. O mesmo contraiu como fiador Avelino Pereira Cavalcante, negociante, proprietário e residente na Villa de Ingá, o qual sujeitou-se a dar como garantia uma casa na Rua do Rosário nº44, avaliada em 900\$000 (novecentos mil réis). Foram abonadas como testemunhas o Capitão Antônio Joaquim do Amaral e Silva e Antônio Gonçalves de Brito, ambos compareceram ao cartório.²⁸ Segundo descrição do referido prédio hipotecado:

é uma caza terrea com quatro portas na frente e uma sala também de frente com armação para negociar, em chão próprio com quintal até a rua Nova, à nascente da caza do capitão Antônio Joaquim do Amaral e Silva e ao poente

²⁷ No processo não consta a duração do seu mandato. Nem se foi vereador por um único mandato.

²⁸ O que comprova a relação de amizade existente entre Luduvico de Mello Azêdo e Antônio Joaquim do Amaral e Silva.

para o cazebre d'elles, hipotecantes, havido por compra feita ao alferes Ângelo Custódio de Souza e Silva e sua mulher. (1898, fl. 75)²⁹

Ferreira (2016) apresenta Luduvico de Mello Azêdo como um homem muito rico e poderoso. No entanto, é curioso que ele precisou contrair um fiador para pagar a fiança. Para um fazendeiro tão rico, como o que foi apresentado em sua narrativa, 870\$000 (oitocentos mil réis) não seria uma quantia tão alta. Será que ele não possuía bens suficientes para hipotecar sua dívida? Como isso é possível? Baseado em que, foram levantadas essas suposições de que ele era tão poderoso? Será que não houve algum exagero ou distorção dos fatos apresentados? Será que estamos lidando com uma narrativa romantizada da vida no campo, onde a riqueza e o poder eram atribuídos a quem era possuidor de terras? Ou será que há algo mais profundo por trás dessa aparente contradição entre a imagem pública e a realidade financeira do então fazendeiro?

Será que o autor ingaense tinha suas próprias razões para retratar Luduvico de Mello Azêdo dessa forma, talvez para criar um contraste interessante na trama ou para explorar questões mais complexas sobre a sociedade da época? Enfim, muitas perguntas surgem ao desconstruirmos essa narrativa aparentemente contraditória. A verdade por trás da história nem sempre é tão simples quanto parece à primeira vista. Por isso, a importância de questionar, investigar e ir mais a fundo para realmente entender quem eram essas pessoas e o contexto em que viviam.

²⁹ Foi preservada a grafia original conforme o processo.

3 CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA ORAL PARA REINTERPRETAÇÃO DA FAZENDA MATA-NEGRO

O capítulo que se segue abordará, uma importante ferramenta de preservação e transmissão de experiências e memórias de gerações passadas: a história oral. Por meio de relatos pessoais e testemunhos, a história oral oferece uma perspectiva única sobre eventos históricos, tradições culturais e modos de vida que muitas vezes não são captados em fontes escritas.

Neste contexto, a Fazenda Mata-Negro emerge como o principal foco para as entrevistas que serão conduzidas ao longo deste capítulo, servindo como um elo rico em narrativas e vivências que contribuirão para o enriquecimento do registro histórico por meio da história oral. Assim, as entrevistas não apenas iluminarão a história da Fazenda Mata-Negro, mas também contribuirão para um entendimento mais abrangente das dinâmicas sociais e culturais que permeavam essa região em fins do século XIX.

Por meio dos relatos pessoais, será possível compreender não apenas os fatos históricos, mas também a essência humana por trás das experiências compartilhadas, enriquecendo o panorama histórico com nuances e detalhes antes não explorados, como é o caso de Antônio Joaquim do Amaral e Silva. O delegado da vila de Ingá, seria o dono da fazenda.

3.1 A importância da história oral na transmissão do conhecimento

A História Oral é uma abordagem valiosa e enriquecedora para a pesquisa histórica, uma vez que se baseia na coleta e análise minuciosa de relatos pessoais e de memória de pessoas que vivenciaram um determinado evento histórico ou detêm um conhecimento específico sobre determinado acontecimento.

Pollak (1992) ao discorrer sobre as pesquisas de história oral que utilizam entrevistas, enxerga esse material como memórias individuais, uma vez que serão apresentados no decorrer da entrevista aspectos de sua história de vida. “A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa” (1992, p.201).

Sendo assim, através das entrevistas orais tem-se uma perspectiva única e até mesmo intimista sobre narrativas e experiências que por algum motivo não foram documentadas em fontes escritas. Tal abordagem permite explorar nuances, emoções e detalhes, que passam despercebidos nos relatos escritos, enriquecendo a compreensão dos eventos. Ao mesmo tempo, que podem contribuir para uma visão mais abrangente e até humanizada da história. Segundo Paul Thompson

A história oral possibilita novas versões da história ao da voz a múltiplos e diferentes narradores. Esse tipo de projeto propicia sobretudo fazer da história uma atividade mais democrática, a cargo das próprias comunidades, já que permite construir a história a partir das próprias palavras daqueles que vivenciaram um determinado período, mediante suas referências e também seu imaginário (Thompson, 1992, p.18-19).

As entrevistas realizadas, levaram em consideração os pressupostos mencionados por Thompson, quando faz um alerta acerca das entrevistas que remontam há muito tempo atrás. Para ele, "existe a possibilidade adicional de distorções influenciadas pelas sucessivas mudanças de valores e normas que podem, talvez, inconscientemente, alterar as percepções" (1992, p.149). Desse modo, o processo de memória depende da percepção de algo que ficou guardado na lembrança. Há nas entrelinhas, alguma coisa que chamou a atenção e quando falado é facilmente lembrado.

3.2 Sombras do passado: memórias narrativas do Mata-Negro

Muitas pessoas que procurei cresceram ouvindo histórias de seus pais e avós, mas quando indagadas sobre detalhes dessas narrativas familiares, só lembravam de coisas que já eram de conhecimento geral: Em Ingá, nos tempos da escravidão, existia um fazendeiro que colocou fogo em seus escravos e por isso há uma fazenda chamada de Mata-Negro. Mesmo a memória tendo resistido e se perpetuado no decorrer das gerações, ainda há uma relação de silenciamento por trás dessa memória. Para Pollak "o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais" (1989, p.3).

João Carlos Tedesco (2004) defende a ideia de que memória não é um dado natural, mas uma construção sócio histórica e cultural. Sendo assim, a relação mútua entre lembrança e esquecimento é peça fundamental nessa construção.

De acordo com Pollak (1989) a história oral ressalta a importância das memórias subterrâneas, ao privilegiar e dar voz aos excluídos, aos marginalizados e as minorias, que como membros de uma cultura minoritária e dominada se opõe à memória dita “oficial.” Esse tipo de memória privilegia os “grandes homens” e os “grandes feitos”. Desse modo, o problema da memória oficial passa a ser a credibilidade e a aceitação.

Muitas vezes, as pessoas procuradas relatavam a dificuldade de contribuir com algum tipo de dado inédito, pois alegavam que aqueles que contaram essas histórias, como os pais e avós já haviam falecido, e elas não possuíam condições de discorrer sobre o tema, visto que não havia novas informações ou relatos mais abrangentes acerca de tais narrativas.

Um desses casos, foi o da professora de Língua Espanhola Renata Livia da Silva Pereira, que cresceu ouvindo histórias de sua avó Maria Miguel Vicente da Silva, antiga moradora da Fazenda. Apesar de não lembrar das histórias que a avó viveu e ouviu enquanto moradora daquele lugar, ela lembra que quando criança muitas vezes ouviu canções que a avó cantava, músicas que aprendeu com seus antepassados.

Como mulher negra, Renata Livia é um símbolo de resistência, de alguém que carrega consigo um orgulho profundo de sua cor. Mesmo de forma inconsciente, é perceptível o quanto as narrativas familiares e comunitárias contribuíram para a construção de sua identidade e do seu empoderamento pessoal. É daí advém a importância de se resgatar a história do Mata-Negro, como uma forma de preservar não só a memória coletiva, mas de alimentar o orgulho e a resiliência de homens e mulheres negras que ainda hoje resistem a diversas formas de opressão, preconceito e desigualdade. Dessa forma, reconhecer o Mata Negro como lugar de resistência é fundamental para honrar a memória daqueles que perderam suas vidas de forma tão cruel e foram expostos a diferentes formas de castigos e repressões.

Apesar da professora julgar que suas experiências não seriam relevantes para a pesquisa, sua visão única e suas vivências pessoais enriqueceram o trabalho. Isso demonstra como cada indivíduo pode oferecer uma contribuição única e valiosa, mesmo quando subestima o significado de sua própria história.

Há muitas críticas acerca do uso das fontes orais, principalmente no que diz respeito à credibilidade.

Para alguns historiadores tradicionais os depoimentos orais são tidos como fontes subjetivas por nutrirem-se da memória individual, que às vezes pode ser falível e fantasiosa. No entanto, a subjetividade é um dado real em todas as fontes históricas, sejam elas orais, escritas ou visuais. O que interessa em

história oral é saber por que o entrevistado foi seletivo, ou omissivo, pois essa seletividade com certeza tem o seu significado. (Thompson, 1992, p.18)

Vale salientar, que qualquer tipo de fonte histórica, seja ela oral ou escrita, carrega consigo a perspectiva individual do historiador e das suas escolhas, seja quando escolhe uma fonte em detrimento de outra ou quando trabalha com um determinado autor (ou abordagem) ao invés de outro. Essa escolha carrega muito dos contextos sociais e políticos que vivencia e acima de tudo das suas intenções.

Da mesma forma que o entrevistado pode ser seletivo ou omissivo ao falar sobre algo, o historiador no seu momento de escuta também pode ser seletivo ou omissivo ao filtrar ou interpretar apenas aquilo que lhe interessa. Além disso, Certeau (2010) defende o argumento de que a produção histórica é marcada pelo “lugar social” de quem produz um discurso histórico. Sendo assim, é sob essa perspectiva que devem ser compreendidas.

Intrigada, com a discrepância das fontes apresentadas por Ferreira em relação a Luduvico de Mello Azêdo ser o dono da fazenda na época do acontecido, conversei com o atual dono da fazenda.

Levi Borges de Lima Júnior, herdeiro de uma parte da fazenda Mata-Negro, me relatou que Luduvico de Mello Azêdo nunca havia sido dono daquele lugar. De acordo com suas palavras “não existe registro em cartório de terras em nome de Luduvico... Luduvico de Mello Azêdo era um feitor de escravos, nunca foi dono de terras em Ingá” (Lima Júnior, entrevista, 2024).

Ao ser indagado acerca da narrativa contada pelo professor ingaense, Lima Júnior falou acerca das histórias que ouviu sobre o lugar. Segundo ele, naquela época Antônio Joaquim do Amaral e Silva, conhecido como capitão Amaral, era dono da fazenda Senzala, atual residência de Walter Mário Góis da Luz.

E o porquê do nome Mata-Negro? Os escravos estavam trabalhando naquela terra e fizeram uma coivara e na hora de queimar, a coivara fechou e morreu vários negros... essa é uma vertente que foi um acidente. E tem uma vertente que os negros que morreram ali queimados eram negros velhos, que já não serviam e essa coivara foi propositalmente fechada para matá-los... São duas vertentes: uma foi por acidente e outra propositalmente que eram negros que não serviam mais (LIMA JUNIOR, entrevista, 2024).

A narrativa contada por Lima Júnior (2024) tem relações com os relatos coletados por Ferreira e com as histórias que permeiam o imaginário dos moradores de Ingá, mas trazem um dado novo, uma nova versão para o acontecimento. A versão de

que o fato foi visto como um acidente, nos remete a ideia de que isso tenha evitado investigações policiais e por isso a inexistência de um processo judicial.

Para Bittencourt (2009) é necessário levar em consideração que a memória e a história não podem ser confundidas. A memória precisa ser evocada e recuperada. Além disso, as versões devem ser confrontadas, uma vez que a memória dos velhos e das pessoas que ainda estão no setor produtivo ou a de homens e mulheres nem sempre coincidem, até mesmo quando se referem a um mesmo acontecimento.

Dessa maneira, a história se utiliza do método para recompor os dados da memória, confrontando-as com outros documentos que possibilitem a busca por informações. O historiador que trabalha com memórias, deve levar em conta, que ela realiza certas omissões, que por sua vez pode ser intencional ou não. Ao mesmo tempo que seleciona aquilo que deseja contar, também elimina aquilo que almeja esquecer ou julga ser menos importante.

Segundo informações obtidas na entrevista, na época existia uma senzala na região de Ingá e Luduvico de Mello Azêdo atuava como uma “espécie” de feitor nas fazendas pertencentes a Antônio Joaquim do Amaral e Silva, que foi uma das suas testemunhas na fiança que pagou no processo movido pelo padre José Alves Cavalcante de Albuquerque, citado anteriormente.

Na historiografia, o feitor é visto como um símbolo de agressão e de exploração. Segundo Emília Viotti da Costa (1998) os critérios de avaliação das penas e aplicações dos castigos vinham da decisão do senhor, mas a execução na maioria das vezes dependia da índole dos feitores, que se excediam ao aplicá-las, pelo simples prazer de contemplar o sofrimento alheio.

O açoite, considerado uma prática normal aos olhos da sociedade, era previsto pela própria legislação como um corretivo disciplinar. “A justiça legalizava a ação privada. O chefe policial concedia ao senhor uma autorização para aplicar o castigo, mencionando o número de chibatadas que o escravo deveria receber.” (Costa, 1998, p.342)

Lima Júnior (2024) menciona a existência de outros locais, próximos a sua fazenda, como o Arrasto e a Escapa. O arrasto, segundo Ferreira (2017) era uma parte da Fazenda Mata-Negro para onde eram destinados os cadáveres dos escravos mortos, uma espécie de cemitério dos negros. Além disso, era também o local para onde os escravizados eram “arrastados” para serem castigados.

Por sua vez, a Escapa, configura um local de resistência e legitima a luta do negro contra a submissão e comprova que os escravizados de Ingá lutaram por sua liberdade. Não se sabe quantos escravos conseguiram “escapar” do Mata-Negro e o destino que tomaram. Tudo leva a crer que possivelmente, esses negros ao se embrenharem na mata, tomaram como destino o Serrote do Matão, região entre as localidades de Mogeiro e Gurinhém, e teriam se fixado no Quilombo do Matão, situado em Gurinhém (Ferreira, 2017).

Figura 5: "Mapa" da escravidão em Ingá



Fonte: Acervo da Escola Major José Barbosa Monteiro, 2024.

Em conversa com o dono da Fazenda Senzala Walter Mário Góis da Luz, ele contou que o casarão em que mora foi comprado por seus ancestrais por volta de 1883 próximo ao Sítio Arqueológico Pedra de Ingá. O lugar ainda guarda resquícios do período dos engenhos e possui seu telhado feito por mãos escravas.

O popular Vavá da Luz (2024) conta que Antônio Joaquim do Amaral e Silva possuía uma sesmaria em Ingá. “Era um homem de posses... Capitão da Guarda Nacional” (LUZ, entrevista, 2024). De acordo com Alexandre Ferreira “o governo central fez dos grandes e ricos fazendeiros, chefes locais, entregando-lhes a patente de Coronel da Guarda Nacional” (2023, p.47).

O seu avô teria casado com uma das filhas do capitão Antônio Joaquim e a casa onde mora atualmente teria sido deles, um casarão com cerca de 216 anos.³⁰

³⁰ O casarão foi construído a partir das ruínas da antiga senzala que existia ali. Fora a senzala a propriedade possuía uma igreja (a Igreja da Conceição) e um cemitério, próximo onde atualmente se encontra o “Bar do Tiba” (LUZ, entrevista, 2024).

Figura 6: Antiga fachada do Casarão Senzala



Fonte: Acervo de Vavá da Luz, s.d.

Luz (2024) relatou durante a entrevista que além das terras em Ingá, o capitão também possuía terras no Rio Grande do Norte para onde migrou por volta da década de 1930, após atritos com o cangaceiro Antônio Silvino. Segundo o seu relato, o cangaceiro teria matado um dos filhos do Capitão.

Vale ressaltar, que o Capitão Amaral e parte de sua família migraram para o Rio Grande do Norte por volta da década de 1920-1930. Entretanto, essa transferência não foi motivada por atritos com Antônio Silvino, uma vez que o cangaceiro foi preso em 27 de novembro de 1914, na cidade pernambucana de Taquaritinga, saindo do cárcere em 1937 após um indulto concedido por Getúlio Vargas (Ferreira, 2023).

Em relação a Luduvico de Mello Azêdo, o relato de Luz (2024) aponta que “ele era um capitão do mato... Justamente o homem que administrava essas propriedades”. Ele conta que seus familiares (avós, tios) costumavam contar que 40 ou 50 escravos haviam fugido e se aquilombado no Mata-Negro e Mello Azêdo teria feito uma roda de fogo e “assado” os 40 negros. Teria feito sem ordem.

Vale ressaltar, que nesse contexto, as fugas eram bastante frequentes. Marcos Ferreira de Andrade (1998) destaca que isso se dava, em grande medida, porque “os escravos estavam atentos aos acontecimentos de seu tempo” (1998, p.59). Muitas vezes, à espreita de seus senhores eles captavam os momentos de distração e aproveitavam para colocar em prática seus planos de resistência. Essa astúcia se revelava no cotidiano da escravidão, quando os escravizados na busca de superar a violência imposta pelo sistema, procuravam meios de fugir.

Esses escravos que teriam fugido, de acordo com a versão apresentada por Luz, seriam escravos da antiga senzala existente, onde posteriormente foi levantada a sua

casa. “Em 1885 esses negros fugiram e Luduvico teria colocado fogo neles.” De acordo com suas palavras "a história diverge... a gente conta a história real... Eles contam porque foram ler... buscaram uma pesquisa não sei aonde...”

Vale salientar, que a história oral e a história escrita podem apresentar perspectivas diferentes sobre os mesmos eventos, mas ambas têm o seu valor e é importante considerar ambas as fontes ao estudar um determinado período ou acontecimento histórico. No que concerne a história oral, ela pode oferecer insights únicos e detalhes emocionais que os documentos escritos muitas vezes não capturam, mas, ao mesmo tempo, os historiadores buscam evidências documentadas para corroborar e contextualizar esses relatos orais. Equilibrar essas perspectivas pode enriquecer muito a compreensão da História. Para Le Goff

O historiador tem o dever de colocar questões como eixo de seu trabalho, em seguida, ver como respondê-las, apoiando-se naquilo que é e continua sendo o seu material específico, que são os documentos. Documentos que, como já explicitado, provêm das mais diversas fontes e adquire variadas abordagens (1993, p.115).

A partir do que foi mencionado têm-se uma outra imagem criada: as informações trazidas por Walter Mário da Luz (2024) divergem das narrativas já conhecidas, mas apontam a fazenda como um local de morte e suplício. Ao mesmo tempo que fazem uma ligação de Luduvico de Mello Azêdo como autor desse sofrimento. Queimar escravos seria uma prática corriqueira no Mata-Negro? Será que isso realmente teria acontecido mais de uma vez?

Para Melo (2015) “o papel do pesquisador é o de levantar os dados e fundamentar as teorias acerca de determinada área do conhecimento e sobre eles elaborar questionamentos que levem a novas construções (2015, p.141). Nesse ponto, vale ressaltar que através da história oral é possível expressar outras leituras históricas, admitindo a possibilidade de existir interpretações variadas para o mesmo fato.

Pesavento pondera que no campo da História Cultural, "o historiador sabe que a sua narrativa pode relatar o que ocorreu um dia, mas que esse mesmo fato pode ser objeto de múltiplas versões". Nesse viés a verdade se torna o horizonte a alcançar, mesmo ele não sendo constituído por uma verdade única ou absoluta. A autora adverte que o mais certo a se fazer é afirmar que "a história estabelece regimes de verdade e não certezas absolutas" (2008, p.51).

Duas versões foram apresentadas nas entrevistas: uma versão menciona que Amaral e Silva pediu para seus escravos que encoivarassem o mato e a coivara fechou

e por acidente ou propositalmente, os negros morreram incendiados, outra versão aponta que Mello Azêdo perseguiu alguns negros fugidos e após encontra-los na Fazenda Mata Negro os queimou.

Vale ressaltar que é de extrema importância analisar e considerar múltiplas versões dos eventos históricos. No caso específico envolvendo Antônio Joaquim do Amaral e Silva e Luduvico de Mello Azêdo, apesar de haver relatos divergentes sobre suas ações em relação aos escravizados, ambas devem ser consideradas.

Pode essa ter sido uma prática comum e recorrente naquela fazenda e por isso o nome do lugar passou a se chamar Mata-Negro. Pesavento (2008) já nos alertava acerca das diferentes versões que podem surgir acerca de um mesmo acontecimento.

Tudo o que foi um dia poderá vir a ser contestado de outra forma, cabendo ao historiador elaborar uma versão plausível, verossímil, de como foi. Mesmo admitindo uma certa invariabilidade no ter sido, as formas de narrar o como foi são múltiplas e isso implica colocar em xeque a veracidade dos fatos (Pesavento, 2008, p.51).

Ao considerar as duas versões apresentadas, somos confrontados com a complexidade da história e a necessidade de examinar criticamente as fontes disponíveis. Isso nos leva a questionar a veracidade dos relatos e a influência das interpretações pessoais. René Rémond (2006) em obra de Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira já nos alertava sobre essa dualidade de informações:

Dos historiadores espera-se que resolvam os debates, que sejam os árbitros nas controvérsias que dividem a consciência pública e confundem as opiniões, que façam a verdade. Exige-se que exerçam uma magistratura. É a confusão dos papéis: os magistrados se fazem historiadores, e pedem-se aos historiadores que se tornem magistrados. Tudo isso nos convida a uma profunda reflexão sobre os limites de nosso poder, sobre a relatividade das conclusões as quais chegamos, sobre a exigência de verdade, sobre nossa responsabilidade social (Rémond, 2006, p.206).

Ainda, de acordo com Luz (2024), o coronel Amaral chamou um “primo pobre” chamado Antônio da Silva e vendeu o Mata-Negro a ele, “vendeu para ele ir pagando como podia.” Conta ainda, que a família Amaral não queria pertencer a família Silva, porque eram considerados pobres.

A conversa que tive com uma antiga moradora chamada Maria José de Oliveira Melo conhecida como Deta, foi permeada por lembranças e memórias do tempo em que viveu na fazenda, onde nasceu e se criou. A casa construída no alto, foi feita para a sua família morar. O marido já falecido, vitimado por um câncer, apesar de analfabeto

era muito trabalhador. No tempo em que morou no local o dono era José Sinval, mas lembra que o avô falava muito do finado Antônio da Silva (o Tontoi da Silva).³¹

Figura 7: José Sinval - antigo dono da Fazenda Mata-Negro



Fonte: Acervo Vavá da Luz, s.d.

Apesar de não lembrar de histórias referentes a Luduvico de Mello Azêdo nem de Antônio Joaquim do Amaral e Silva por já ter passado muito tempo, mencionou que seu avô contava muitas histórias. "Meu avô falava de um lugar chamado Arrasto, próximo ao Mata-Negro onde eles matavam os negros e arrastavam para lá... faziam coivara e botava fogo neles." Pollak, já nos alertava sobre a seletividade da memória. Segundo ele, "a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado" (1992, p.4).

Sua filha que a acompanhou durante a entrevista lembra que a fazenda era um lugar de muita fartura, e que guarda boas lembranças do lugar, mas que na infância achava muito estranho aquele nome de Mata-Negro. Uma vez chegou a perguntar ao pai o porquê daquilo. E o pai respondeu que era porque ali se matava negros antigamente.

É necessário argumentar mais uma vez, a distância temporal dos fatos. Além disso, ela fala de algo que ouviu durante a infância e a juventude. Mesmo sendo algo que chamou a sua atenção, não foi visto como algo importante. Durante este intervalo de tempo, ela amadureceu e elaborou o que viveu. Por isso é natural que não tenha absorvido parte da memória daquele lugar.

Pesavento (2008) diz que "a memória individual se mescla com a presença de uma memória social, pois aquele que lembra, rememora em um contexto dado, já marcado por um jogo de lembrar e esquecer" (2008, p.95). Em seu relato há reflexões, julgamentos e ressignificações do fato rememorado e isso acaba influenciando na forma como ela analisa o acontecimento.

³¹ Mencionado anteriormente como o "primo pobre"

Ainda, de acordo com Pesavento (2008), a contrapartida da memória é o esquecimento. Não é possível lembrar de tudo, visto que muitas vezes não há a magnitude da importância de tal acontecimento. Por vezes, isso também pode ser evidenciado pelo teor negativo do que aconteceu no Mata-Negro, visto como algo tão assustador, sendo preferível que se esqueça. “As pessoas são ensinadas a lembrar e a esquecer, fazendo com que determinados acontecimentos não sejam considerados importantes” (2008, p.96).

Além disso, há coisas que não são ditas no decorrer da entrevista por julgarem que não há relevância. De acordo com Orlandi (2007), nas construções narrativas, o que é dito tem também relação com o não-dizer, com o não-dito. “... Ao longo do dizer, a toda uma margem de não-ditos que também significam”. (2007, p.82). Tal concepção dialoga com o pensamento de Pollak (1989, p. 6) quando este autor menciona que “existe nas lembranças de uns e de outros silêncios e “não-ditos”.

Nesse sentido, na história oral é necessário redobrar a atenção em relação aquilo que fica nas entrelinhas. Tedesco (2004) enxerga que na relação “entre o presente e o passado, apresentam-se traços, vestígios, símbolos mediante os quais se pode compreender o passado.” Trata-se das recordações, imagens, relíquias, que ficam na memória das pessoas. No entanto, o referido autor pondera que esses elementos podem ser imperfeitos, uma vez que “o passado não pode, em nenhuma situação ser reconstituído na sua forma integral e qualquer que seja sua reconstituição será sempre duvidosa” (2004, p.83).

4 HERANÇA ESQUECIDA: ANTÔNIO JOAQUIM DO AMARAL E SILVA E A HISTÓRIA OCULTA DO MATA-NEGRO

Em fins do século XIX, um homem de grande influência e poder se destacou em Ingá: Antônio Joaquim do Amaral e Silva. O dono da fazenda Mata-Negro era uma figura respeitada e temida na cidade. Sua trajetória começou como delegado, onde demonstrou sua firmeza e habilidade em lidar com questões de segurança e ordem pública.

Com o passar dos anos, Antônio Joaquim ascendeu na hierarquia social e política, tornando-se juiz da cidade. Sabia-se muito pouco sobre ele até então. Muitos ingaenses desconhecem a sua existência. Por isso empreendi um estudo mais aprofundado, que trouxesse informações sobre ele e as relações com a fazenda, me distanciando das versões que se tinham até então de que Luduvico de Mello Azêdo era o dono da fazenda.

4.1 Um olhar sobre a história local

De maneira tradicional, a noção de lugar adquire nas ciências humanas, e em especial na Geografia, um aspecto muito ligado à ideia de localidade. Estudos mais recentes, apresentam uma clara distinção entre o que seria o conceito de local e o de lugar, apresentando diferenciações acerca dos dois termos. Nesse viés, Barros (2022) apresenta local como um conceito mais técnico em sua relação com o espaço, enquanto que o conceito de lugar implicaria uma série de subjetividades e relações como mundo humano.

Durante o período colonial e imperial, especialidades variadas tiveram seu lugar. Estes espaços acolheram uma sociedade diversificada. Nesse sentido, a história local e a história regional trazem a possibilidade de se pensar novos modelos gerais, a partir de aspectos estudados em nível local.

De forma mais ampla, José D'Assunção Barros argumenta que "muitas das motivações para escrever história local decorrem da necessidade de preencher lacunas historiográficas ou de atender demandas internas" (2022, p.44). Desse modo, a busca por preencher essas lacunas torna-se crucial. Por vezes, a história dita "oficial" negligencia eventos, figuras e comunidades importantes deixando espaços vazios na narrativa histórica.

Para Certeau,

toda pesquisa historiográfica se articula com o lugar de produção socioeconômico, político e cultural...ela está, pois, submetida a imposição, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instalam os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que ali serão propostas, se organizam. (2010, p.66-67, grifos nossos).

Donner (2012) ao se referir a história local, a destaca como uma referência local, “a terra onde o pesquisador vive e realiza suas pesquisas” (2012, p.224). Desta forma, o marcador seria a região, o espaço físico em que o historiador está inserido. Para a referida autora, muitas pessoas se interessam por este ramo da história, devido ao sentimento de pertencimento diante do lugar de origem.

Souza e Ribeiro (2020) destacam que a história local se caracteriza como uma proposta de abordagem histórica que discorre sobre as particularidades de um lugar, enfatizando as diferentes realidades, os ambientes e as heterogeneidades do sujeito e grupos sociais. “É o micro se conectando com o macro, o local dialogando com o global.

A historiografia local produz sentido e identidade às pessoas que têm acesso a essa história, ao se reconhecerem enquanto participantes da sua própria história” (2020, p.296).

Nesse sentido, Melo (2015) argumenta que as preocupações por parte das tendências historiográficas em estudar a história local se deu por volta da década de 1970. A autora salienta o interesse pela temática regional e, por aproximação pela questão local. Nesse percurso, as reflexões partiam de uma análise da historiografia disponível, analisando, sobretudo o conteúdo ideológico, econômico, político e social e as concepções teóricas que fundamentavam a elaboração desse tipo de historiografia.

Ainda, de acordo com a autora, através da história local é possível formular perguntas, suscitar questões, estabelecer a relação entre prática e teoria. Portanto, é de extrema importância aprender a história regional e local, dentro das concepções interpretativas da história, que os historiadores se valem no transcorrer do seu ofício (Melo, 2015). Para Falcão e Ribeiro

Fazer uso da escolha de estudar o local em uma pesquisa histórica requer do historiador um preparo especial, principalmente quando estamos falando do espaço social, econômico, cultural e político, do qual o pesquisador participa em seus enredos de vivências. Tendo em vista que estudar o local é processar os sentimentos, os afetos, as relações, os reflexos, de um lugar. É compreender que as narrativas, desse espaço, são circuncidadas de saudosismos, de lembranças afetivas de outrora, de vínculos ainda vivos e pulsantes que podem provocar os seus habitantes tanto prazeres quanto desprazeres (2020, p.315)

De acordo com a citação acima é nítido que o historiador quando decide estudar a história de sua localidade, o faz devido a motivações, muitas vezes, pessoais.

Assim sendo, parece-me um bom momento para trazer a discussão à análise feita pela historiadora e professora Circe Bittencourt (2009) ao analisar a ligação entre história local e história do cotidiano, no sentido de fazer pessoas comuns participantes de uma história, que aparentemente pode ser vista como desprovida de importância.

Segundo essa reflexão ela destaca, todavia, os cuidados por trás da escrita dessa história. Principalmente, quando o objetivo posterior seja simplesmente reproduzir a história do poder local e das classes dominantes e quando o intuito seja fazer os alunos conhecerem nomes de personagens políticos de outras épocas, assim como a vida e a obra de antigos prefeitos.

Para Erinaldo Cavalcanti (2018) um dos desafios que se apresentam diante da história local é a oposição aos considerados grandes fatos ou acontecimentos. Tenta-se com isso, pormenorizar a sua importância e significado, transformando-a em uma "história pequena" por vezes desvalorizada diante dos pares.

4.2 A história “esquecida” de Antônio Joaquim do Amaral e Silva

Ingá foi elevada à categoria de vila em 1840 com o nome de Villa do Imperador, sendo suprimida em 1841 e restaurada em 1845 com o nome de Villa de Ingá. Em meados dos anos 1890 possuía construções regulares e variadas. Na sede da então vila havia 198 prédios urbanos e dez ruas, com duas escolas públicas mantidas pelo Estado.³² As principais atividades econômicas eram a agricultura e a pastoril. Sua área territorial estendia-se aos territórios de Riachão do Bacamarte, Serra Redonda, Mogeiro de Cima, Serra dos Pontes,³³ Cachoeira de Cebolas³⁴ e Pirauá.³⁵ (Almanak, 1899)

Nessa sociedade viveu Antônio Joaquim do Amaral e Silva, o homem que talvez seja o reflexo de um espaço esquecido, tanto na historiografia local como na memória das pessoas. Nas palavras de Souza e Batista (2013, p.3) “a memória se apresenta enquanto o exercício de guardar, mas também – e igualmente importante – esquecer”.

³² Nas duas escolas havia separação entre os sexos.

³³ Atual distrito de Pontina.

³⁴ Atual município de Itatuba.

³⁵ Distrito de Macaparana – PE e também de Natuba – PB. Antes de se emancipar como cidade, Natuba já pertenceu a Ingá e depois a Umbuzeiro.

Nascido em 05 de junho de 1851, filho de Gabriel Amaral e Silva e dona Alexandrina Amaral. Casou-se com dona Mariana Zulima do Amaral, ainda na época da monarquia, conforme consta em uma sentença de justificação de José Ramos do Amaral.

Figura 8: Antônio Joaquim do Amaral e Silva



Fonte: Acervo da família Amaral, s.d.

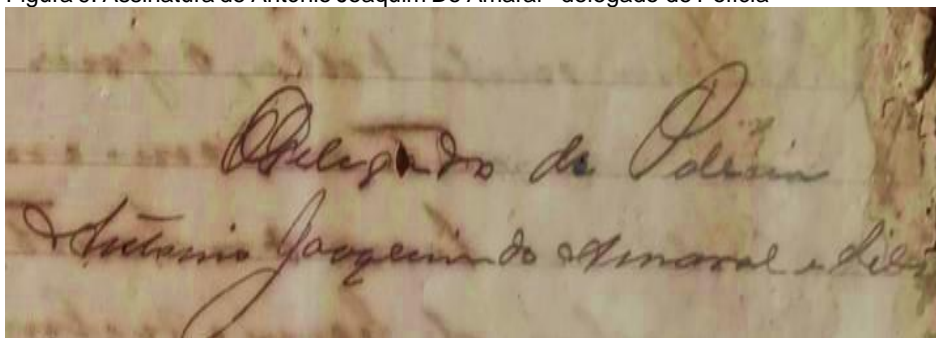
Podemos observar na imagem uma postura séria do Capitão Amaral. Para Essus (1995) a preferência do retrato de busto, diz respeito à escolha pela valorização do indivíduo. As fotos de corpo inteiro, muitas das vezes afastavam a figuração, diminuindo o detalhe das feições.

Para Leite (1993), citado por Essus (1995) cabe ao historiador, ao fazer a leitura de uma fotografia distinguir o que há por trás daquela representação, perceber outros níveis de realidade: sentimentos, padrões de comportamentos, normas sociais, silenciamentos. Desse modo, a fotografia torna-se um objeto de memória, onde estão imagens reais do passado de bisavós, avós, tios, primos, etc. Elas retomam através de poses, de trejeitos, crônicas familiares apreendidas no decorrer de muitas vidas e tradições, transmitida por tantas gerações.

Em um processo judicial movido contra Paulo da Costa Travassos e Francisco José de Araújo, datado de 27 de dezembro de 1892, o capitão aparece como Delegado de Polícia do Termo, exercendo a função de terceiro suplente em exercício pleno. No processo fragmentado, consta o julgamento da sentença e o pedido de encaminhamento da vítima para o corpo de delito.

Em processos anteriores, alguns deles já corroídos pela ação do tempo, Antônio Joaquim do Amaral e Silva também aparece como Delegado. Talvez seja esse um forte indício que nos leve a pensar que por esse motivo não há no arquivo do Fórum Municipal processo referente ao acontecimento no Mata-Negro.

Figura 9: Assinatura de Antônio Joaquim Do Amaral - delegado de Polícia



Fonte: Processo Judicial, 1892.

Emília Viotti da Costa (1998) argumenta que até as vésperas do movimento abolicionista, o depoimento de um escravo de nada valia. No caso dos escravizados da fazenda Mata-Negros como denunciar as práticas de violência que sofriam se o dono da fazenda era o próprio delegado da vila? Nenhum depoimento de um escravo contra um branco na posição dele faria efeito? “Quer do ponto de vista legal, que é do ponto de vista político, o contraste entre as duas camadas sociais era completo.” (1998, p.335)

Ainda segundo Viotti "a própria lei impedia o escravo de ir pessoalmente queixar-se do proprietário ou denunciá-lo" (1998, p.341). Nas localidades rurais, a situação era pior do que nas cidades. Os conselhos para que os fazendeiros fossem moderados nas penas aplicadas aos escravos sugerem os excessos cometidos na solidão das fazendas.

Além da relação com a Justiça, Antônio Joaquim do Amaral e Silva teve grande destaque como um dos maiores agricultores e lavradores de Ingá, juntamente com Luduvico de Mello Azêdo e seu filho Manoel Ramos do Amaral. Suas fontes de riqueza advinham do algodão (Jornal Estado da Parahyba do Norte, 1909).

Figura 10: Agricultores e Lavradores da Parahyba

Agricultores e lavradores

Antonio de Sá Pessoa.
 Antonio Joaquim do Amaral e Silva.
 Avelino Pereira da Silva Cavalcanti.
 Epaminondas Travassos da Luz.
 Francisco de Farias Braga.
 Felismino Rodrigues do Rego.
 João do Rego.
 José Honorio Fiel Teixeira.
 Ludovico de Mello Azedo.
 Manoel Magno Bacalhão.
 Manoel Ramos do Amaral
 Manoel da Costa Travassos Irmão.
 Manoel Cavalcanti de Vasconcellos.
 Trajano Gonçalves de Oliveira.

Fonte: Jornal Estado da Parahyba do Norte, 1909.

Leandro Neves Diniz (2018) ressalta que em meio as dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais devido às secas intermitentes que agravavam a situação financeira da Parahyba, um gênero se sobressaiu: o algodão. Ao citar Diana Galliza, pondera que isso se dava em grande ênfase a uma cultura que não exigia grandes capitais para sua expansão, estando ao alcance de sitiantes, moradores e pequenos proprietários. Em Ingá, não foi diferente e Antônio Joaquim do Amaral e Silva conseguiu grande prestígio econômico devido às suas ligações com a cultura do algodão.

Em *Datas e notas para a História da Parahyba* (1977), Irineu Ferreira Pinto explica que a cultura do algodão principiava com a escolha da mata virgem como mais cômoda para evitar limpas. Com isso,

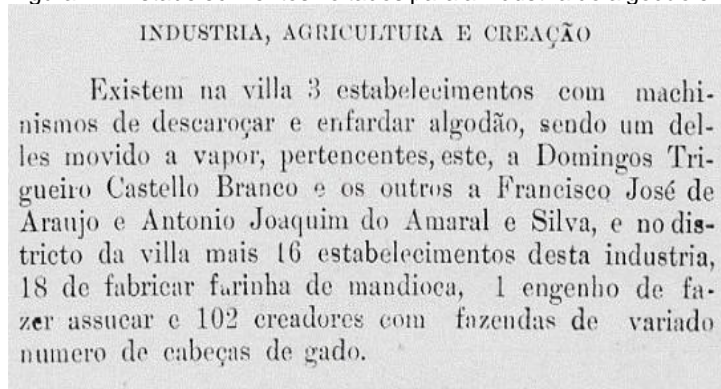
se queima toda esta madeira, tempo em que tudo está secco com o ardor do sol e no mez de janeiro quando já se acha aquella terra limpa e vai principiando o inverno, se planta, fazendo-se com a enxada buracos pequenos onde se mette o caroço de algodão, distando um do outro de ordinário, braça e meia para engrossar e crear ramos. (Pinto, 1977, p.190-191)

Ainda de acordo com Pinto (1977), durante o inverno era necessário ir quebrando os “olhos” para arrebutarem mais renovas e não crescerem demasiadamente, dificultando assim a colheita que se iniciava no fim do inverno, fazendo também as limpas que o terreno exige. Ao colher o algodão, colocavam no sol para secar um ou dois dias para a lã não adquirir mofo. Dessa forma, facilitava a extração do caroço. Com o advento dos maquinários nos engenhos, esse processo pode ser facilitado, através de máquinas de descarregar algodão.

Eliete de Queiroz Gurjão (1994) destaca que o algodão tomou caráter de "ouro branco" no século XIX, se expandindo e ocupando áreas do Agreste e do Brejo, permitindo que em 1865 já liderasse a pauta de exportações.

O algodão também se adaptou ao esquema de troca já montado nas áreas agropastoris, dinamizando-o. As tropas de burros que conduziam couros, peles e produtos da lavoura de subsistência as feiras, passaram a comercializar também com o algodão (Gurjão, 1994, p.21).

Figura 11: Estabelecimentos voltados para a indústria do algodão em Ingá



Fonte: Almanak do Estado da Parahyba, 1899.

Podemos observar na imagem acima, que dos três estabelecimentos com maquinário para descaroçar algodão e depois transforma-los em fardos, um deles pertencia a Antônio Joaquim do Amaral e Silva.

Uma possível referência de terras na localidade do Zabelê pertencentes a família Amaral, se deu em um processo movido por Manoel Ramos do Amaral, filho de Antônio Joaquim do Amaral e Silva contra dona Maria Idalina Alves Trigueiro, datado de 04 de dezembro de 1913. O capitão Manoel Ramos e sua mulher procuraram a justiça para mover uma ação de manutenção de terra.

De acordo com o processo, "por muitos anos, o casal exerceu atos possessórios por si e representados por foreiros sem contestação alguma, apenas dona Maria Idalina reivindicou a posse de tais terras." Como essas possessões já vinham de muitos anos e Manoel Ramos do Amaral nasceu em 1881 e casou-se com Jardelina Travassos da Luz em 11 de junho de 1904, é bem provável que parte das terras no Zabelê pertencessem a seu pai.

Gurjão (1994) destaca que a ideologia do coronelismo, através do compadrio e do favoritismo produzido pelas relações pessoais de produção contribuíam para legitimar as relações de exploração. Desse modo, o "morador", o "meeiro" e demais agregados dependiam do coronel e eram reduzidos ao seu curral eleitoral, garantindo assim o poder das oligarquias.

Quando procuravam ter acesso à terra, na condição de arrendatário, não escapavam da sujeição. O coronel “lhes impunha contratos verdadeiramente opressores, e a ‘legislação’ dos coronéis lhe outorgava todos os direitos, inclusive o de utilizar a força policial para obrigar os arrendatários a cumprir os deveres estipulados arbitrariamente nos contratos”. (Gurjão, 1994, p.45)

Figura 12: Manoel Ramos do Amaral e Jardelina Travassos da Luz



Fonte: Acervo da família Amaral, s.d.

As fotografias de corpo inteiro denotam a importância de valorizar o conjunto da indumentária. O homem visto como emblema da sociedade escravista do século XIX é a figura central da gerência dos negócios. Ao seu lado, a mulher cumpre o seu papel na representação coadjuvante. Ela não está associada aos atributos domésticos. As vestimentas e a pose, relacionam o usufruto da riqueza gerada e gerenciada pelo marido (Essus, 1995).

A análise da fotografia revela detalhes intrigantes, como o chamalote do vestido e o uso elegante do chapéu e do leque, que conferem a mulher uma sofisticação especial à cena. A imagem foi capturada em um estúdio em Recife, decorado com um elegante tapete e outros elementos de cenários nobres. A mulher, com uma expressão um tanto assustada, com olhos inquietos, contrasta com a aparência serena do marido.

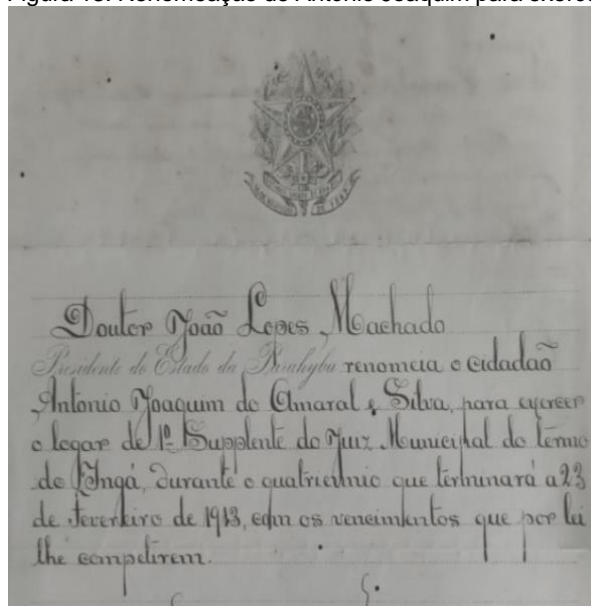
Ele usa um anel e exibe uma robusta bota de couro, provavelmente de excelente qualidade. Enquanto ela, não usa uma joia sequer. Assim como os poderosos da época, o casal registrou seu retrato como uma demonstração de status e poder. Esta foto vai além de uma simples ilustração; ela conta histórias e revela aspectos fascinantes da sociedade da época.

4.3 A face oculta da lei: Trajetória de Antônio Joaquim no judiciário

O dono da Fazenda Mata-Negro que na época do fatídico acontecimento exercia a função de delegado, foi também juiz por muitos anos. Em 1906, já era primeiro suplente do Juiz Municipal, na abertura do inventário dos bens deixados pelo Tenente Coronel Domingos Trigueiro Castello Branco em 22 de janeiro de 1906.

Em 1911, foi renomeado pela Secretaria do Estado da Parahyba para exercer o cargo de primeiro suplente de Juiz Municipal do Termo de Ingá, de 04 de janeiro de 1911 a 23 de fevereiro de 1913, registrado na folha 246 em livro da Secretaria do Estado da Parahyba.

Figura 13: Renomeação de Antônio Joaquim para exercer função de Juiz



Fonte: Renomeação, 1913.

Após a nomeação, prestou compromisso perante o Presidente do Conselho em reunião datada de 18 de janeiro de 1911, conforme verificado nas folhas 13 e 14 do livro da Secretaria do Conselho Municipal da Villa de Ingá através do secretário Senador Cabral de Vasconcelos.

Em 1914, permanece juiz, conforme abertura do inventário de João Nunes Trigueiro, em 13 de outubro de 1914, em que intima os herdeiros para comparecerem no prazo de 30 dias, por volta das 11 horas, no cartório daquele juízo. O edital foi publicado na imprensa local através do jornal O Ingaense.³⁶

Como fonte histórica, o uso do jornal, tem nas últimas décadas, se tornado uma fonte de grande interesse por parte dos historiadores. De acordo com Capelato (1988) ao repensar seus objetos, os historiadores vencem os receios e preconceitos passando a reconhecer a importância da imprensa.

Nesse sentido, os registros documentais que oferecem esses indícios são potenciais possibilidades de estudo para se analisar parte do universo polissêmico constitutivo da chamada história local (Cavalcanti, 2018, 284). Entretanto, o que acontece em Ingá é uma desvalorização em relação as fontes do passado. O que resta do Jornal *O Ingaense* são fragmentos junto a processos.

Em 1917, Antônio Joaquim do Amaral e Silva morava em uma de suas casas, na parte urbana, conforme imposto proveniente de um prédio situado na Rua: Doutor Venâncio Neiva nº 09, em que era proprietário.

Figura 14: Imposto de prédio pertencente a Antônio Joaquim

ESTADO DA PARAIBYBA	
EXERCICIO DE 1917	
Nº	Principal 68000
	Adicional 18220
	Multa 5
Lançamento fl.	Cooper - 101
	7 325

Certifico que o Sr. Antônio Joaquim do Amaral e Silva deve a quantia de setenta e oito mil e duzentos e vinte e cinco reais proveniente de imposto de decúlia urbana de seu prédio nº 9 onde reside o proprietário a rua Doutor Venâncio Neiva na Villa do Ingá, referente ao exercício 1917.

M. de R. do Tabaco em 7 de Julho de 1917

Recebi em 21 de Agosto de 1917

Adonir de Medeiros O Escrivão

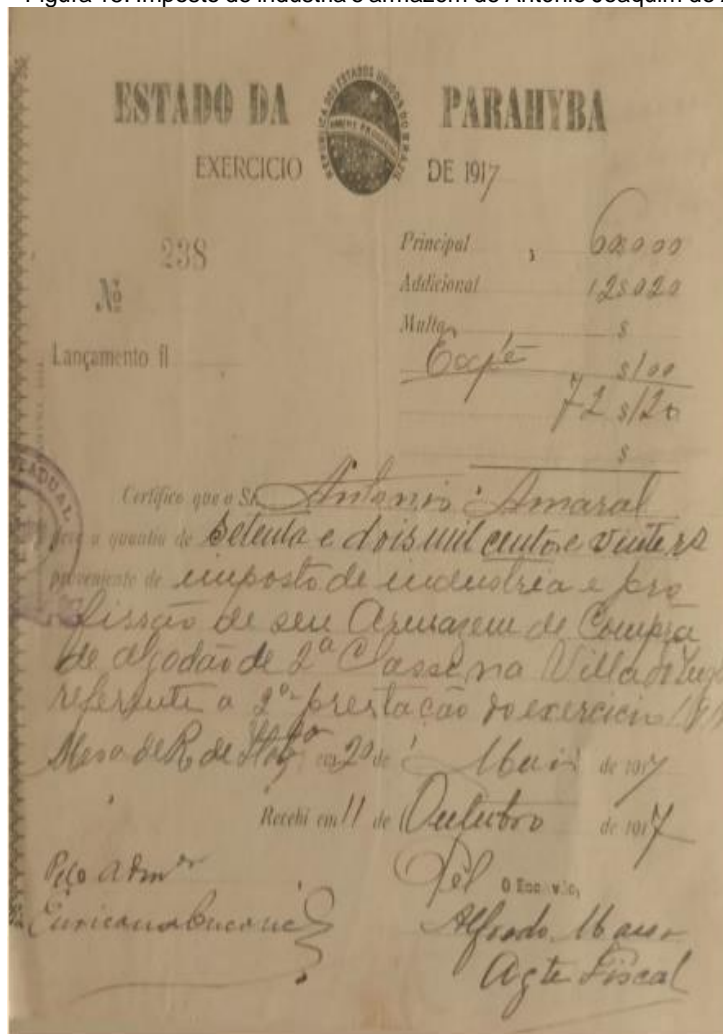
Antônio Joaquim do Amaral e Silva

Fonte: Imposto Municipal, 1917.

³⁶ O jornal era de propriedade de Manoel Octávio de Medeiros. Foi encontrado anexado ao inventário no Arquivo do Fórum de Ingá.

Além do imposto da casa, também foi cobrado imposto de indústria e profissão de seu armazém pela compra de algodão de segunda classe na Villa de Ingá, o que torna nítido que ele continuava desempenhando o papel de grande produtor e comprador de algodão.

Figura 15: Imposto de indústria e armazém de Antônio Joaquim do Amaral



Fonte: Imposto Municipal nº 238, 1917.

Durante alistamento eleitoral realizado em 12 de janeiro de 1918, o mesmo apresentou perfeita identidade de letra e qualificação, conforme disposto no §3º do art. 6º da Lei nº 3139 de 2 de agosto de 1916,³⁷ sendo alistado no livro competente no nº 208. Com 66 anos de idade, o capitão se apresenta como negociante, morador e residente na então villa.

³⁷ De acordo com a referida lei “o escrivão autuará todos os papeis e fará conclusos os autos ao juiz, dentro de 48 horas, certificando nelles a existencia da declaração de que trata o paragrapho anterior e mencionando as duvidas que ella lhe suggira quanto á identidade de letra e qualificação, confrontadas com as do requerimento.”

Figura 16: Alistamento Eleitoral de Antônio Joaquim do Amaral e Silva

Antônio Joaquim do Amaral e Silva,
 com sessenta e seis annos de idade,
 negociante domiciliado e residente
 nesta Villa como prova com os do
 documento junto, requer a V. Ex.
 seja incluido no Alistamento eleitoral
 deste Municipio.

P. Experimento

Lugã 22 de Janeiro de 1918
 Antônio Joaquim do Amaral e Silva

Fonte: Alistamento eleitoral, 1918.

A figura de Antônio Joaquim do Amaral e Silva emergiu como um enigma a ser desvendado. À medida que a pesquisa foi avançando veio à tona o papel que desempenhou na sociedade em questão. Teria o dono da fazenda Mata-Negros usado o poder e a influência que possuía para evitar investigações acerca da morte de seus escravos, silenciando dessa forma as práticas nefastas ocorridas no local? Esse pode ser um forte indício para explicar os motivos de não existir um processo judicial. Ao mesmo tempo, sua ligação com o Mata-Negro lança novas luzes sobre uma parte da história até então desconhecida.

5 “VOZES SUBMERSAS”:³⁸ SILENCIAMENTO E MANIPULAÇÃO DA MEMÓRIA NA RUA LUDOVICO DE MELLO AZEDO

A rua é o principal espaço urbano de uma cidade. Muito mais do que um simples caminho para o deslocamento de pessoas e veículos, ela representa um elo fundamental com a historicidade, carregando consigo as marcas do passado e do presente. Ao caminhar por uma rua estamos imersos em um ambiente que conta histórias, revela transformações e conecta diferentes épocas e pessoas (Pinto, 2015).

Desde o surgimento das cidades que o ato de nomear e renomear logradouros públicos é uma prática comum e se processa de diferentes formas. Nesse sentido, busca-se por motivos diversos, homenagear pessoas, que em alguns casos, levam a reflexões históricas sobre a existência de personalidades que deveriam ou não ser lembrados nos espaços públicos.

Ainda de acordo com Pinto (2015, p. 4-5) na maioria das vezes o nome das ruas, se dão em homenagem a pessoas já falecidas, que supostamente tenham desempenhado um papel a favor da cidade e ao morrerem se tornam o nome de um lugar. “O destino dos grandes mortos seria, em tese por meio das homenagens, ficar cristalizados no espaço urbano, nomeando lugares, ou, como dito popularmente, virar nome de rua”.

No caso da rua Ludovico de Melo Azedo localizado no bairro da Senzala esse tipo de homenagem levanta uma reflexão sobre o legado que escolheram celebrar e perpetuar na esfera pública do lugar.

Os antigos moradores desenvolveram o método de "batizar" os espaços públicos, popularizando o bairro com o nome de ‘Bairro da Senzala’. Para França (2019) a primeira problemática na escolha do nome das ruas surge quando o poder público sem consultar a população, no processo de nomenclatura tenta interferir nesse processo de nomeação. E foi justamente o que aconteceu quando o Poder Legislativo decidiu nomear uma das ruas do bairro, com o nome de Ludovico de Melo Azedo.

A posição de uma placa em uma rua, avenida, ponte ou outro espaço de passagem de transeuntes e moradores não é um ato simples, isolado de significado, há toda uma disputa simbólica que se materializa em proposições no poder legislativo, executivo ou mesmo em disputas judiciais. (França, 2019, p.250)

³⁸ Esse termo é utilizado aqui como uma metáfora, no sentido de que memórias, histórias e até mesmo narrativas foram ocultadas e negligenciadas para que a rua recebesse o nome de Ludovico de Melo Azêdo. Essas “vozes” foram silenciadas e esquecidas para que um contexto de manipulação da memória levasse a essa homenagem.

França (2015) explica ainda, que no cotidiano, os moradores costumam atribuir nomes relacionados a características físicas dos logradouros, como aconteceu no bairro da Senzala, onde a memória dos antigos moradores "venceu" a memória dominante, possibilitando que o nome continuasse o mesmo. No entanto, na maioria dos casos não é isso que acontece e o exemplo da rua evidencia isso. "As autoridades (re)nomearam os espaços de forma a fazer prevalecer sua memória ou a da camada social dominante relegando esquecimento aquilo que não lhe interessava." (2015, p.302)

A parte documental do projeto de lei que nomeou a rua "Ludovico de Melo Azedo," até onde se sabe, não existe mais. A Câmara de Ingá não detém arquivos de antigos projetos aprovados, fruto de uma casa legislativa que não valorizou, nem valoriza, a importância de se arquivar projetos que possam trazer informações tão valiosas para o futuro. Na Prefeitura Municipal também não há indícios do projeto, o que leva a crer que tenham se perdido durante algumas enchentes ocorridas no município.³⁹

Por sua vez, os moradores mais antigos não sabem o que levou a esse tipo de homenagem. Até mesmo a antiga placa, com o nome da rua não existe mais. O que se sabe é que a rua e o bairro permanecem com os seus nomes ligados a esse triste passado.

Figura 17: Antiga placa que nomeava a rua "Ludovico de Mello Azedo"



Fonte: Ferreira, 2017, p.139.

Para França (2015) a memória de "grandes heróis, ou "grandes acontecimentos" se perpetuou na nomeação dos espaços públicos. Isso se deu, de certo modo, a partir

³⁹ Em 2004 e 2011, Ingá foi assolado por grandes enchentes. A Prefeitura que fica localizada no centro da cidade, na parte baixa, ficou alagada. Todos os documentos que estavam no prédio, nas duas ocasiões foram perdidos.

de uma história construída pelo viés positivista e pela exaltação de um passado construído sem contradições.

O debate surgido a partir da preservação da memória que o nome de uma rua pode trazer para os seus moradores, vai de encontro com a problemática envolvida por trás de se conhecer mais a fundo o passado daquele nome.

Luduvico de Mello Azêdo, de acordo com as versões apresentadas, foi uma espécie de feitor de escravos, um homem cruel, que castigava esses escravizados e pode ter de fato relação com o fim tráfico de alguns escravos na Fazenda Mata-Negro. O mais intrigante é saber que a rua traz consigo o nome dessa figura.

Para França (2019), o nome de logradouros ligados ao passado escravista se dá, porque no tempo em que viveram, “foram cidadãos com inúmeras honrarias oferecidas pelos poderes políticos, mas com uma força econômica e social embasadas em instituições arcaicas aos olhos do presente” (2019, p. 242).

Em linhas gerais, o poder político de Luduvico de Mello Azêdo, vereador da Villa de Ingá entre os anos de 1883 e 1884, e as ligações de amizade que possuía com pessoas poderosas é um forte indício dessa homenagem. Nesse sentido, o historiador deve sempre desconfiar da memória. Afinal, para que essa história fosse enaltecida muitas histórias foram silenciadas (Tedesco, 2004).

França (2019) discute ainda, o acalorado debate acerca da renomeação de ruas:

Mais do que uma mudança de placa, as batalhas legislativas, judiciais e midiáticas de certo modo se passam no campo ideológico, onde diferentes correntes políticas deixam claro o seu desejo de interferir no processo de construção da memória coletiva da cidade” (França, 2019, p. 239)

Desse modo, tentar renomear uma rua é um grande desafio. Em 2016, o vereador ingaense na época, Vinícius Bacalhau, propôs a mudança do nome da rua “Ludovico de Mello Azedo.” No entanto, mesmo com os votos favoráveis, a rua permanece com o mesmo nome.

Almeida e Silva (2018) ao problematizar a nomeação do patrimônio público com o nome de pessoas em Campina Grande inserem na discussão a temática da memória construída a partir da narrativa oficial. Vale salientar, que o ponto central nessa questão são as relações de poder que levam à produção e a sacralização de determinados personagens como protagonistas da história. Ao mesmo tempo, que excluem a memória coletiva.

Essa sacralização, de acordo com as autoras, sobretudo, em nomes de logradouros, é uma ação política, construída a partir de uma identidade coibidora de atitudes. Na visão de João Carlos Tedesco (2004) cabe ao historiador compreender como e porque aquela sociedade definiu tal patrimônio como significativo. De certo modo, essa ideia mostra como as sociedades lidam com seu passado e sua memória.”

Para França (2015) “nomear ruas e praças não é um mero ato de Governo distante do cotidiano. Na verdade, este processo passa pelo campo da disputa da ‘memória dominante’ do lugar, onde podemos compreender o que se buscou lembrar e o que se procurou esquecer” (2015, p.299). Como resultado, pessoas influentes tiveram seus nomes homenageados, enquanto que outros grupos foram menosprezados e simplesmente esquecidos. Sendo assim,

a camada dominante da sociedade e o Poder Público buscam fazer valer suas decisões por meio deste processo de triunfo da própria memória do grupo. O nome da rua se transforma em um importante campo de batalha da memória coletiva, onde se perpetuam nomes, datas ou fatos da História local ou nacional (França, 2015, p.306).

Os arquivos do poder legislativo são importantes, mas em sua maioria o que existe é a ausência de instituições arquivísticas organizadas e preparadas para auxiliar o pesquisador, o que acaba se tornando um entrave para possíveis estudos. Caso houvesse na Câmara de Vereadores de Ingá, uma sala de arquivos contendo as atas de sessões que levaram à escolha da nomeação da rua seria possível acompanhar como se deram os discursos e a defesa dos pontos de vista, compreendendo assim as influências que moldaram essa escolha, assim como as narrativas utilizadas para o convencimento da “importância” dessa figura tão controversa. Nesse sentido, narrativas dominantes, silenciamentos e manipulação da memória fazem parte do mesmo elo de convencimento.

5.1 Entre história e memória

Muitas são as diferenciações entre história e memória. Para o historiador francês Pierre Nora (1993) a relação com o passado, visto através das produções historiográficas é completamente diferente do que se espera da memória. Concernente a isso, apresenta uma relação conflituosa entre história e memória.

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é viva, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações, vulnerável a todos os usos e manipulações...A história é a reconstrução sempre problemática e completa do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado... a memória não se acomoda a detalhes que a confortam, ela se alimenta de lembranças vagas... a história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico... (Nora, 1993, p.9, grifos nossos)

Para Erinaldo Cavalcante (2018) a história e a memória estão interconectadas, sobretudo quando esta se constitui como fonte documental e/ou objeto de pesquisa daquela” (Cavalcante, 2018, p.279). Tal afirmativa, explica o uso recorrente da memória em trabalhos que versam acerca da história local.

Paolo Rossi (2010) também expressou sua opinião acerca da relação existente entre a história e a memória. Para ele, é certamente possível contrapor a história, que é interpretação e distanciamento crítico do passado, da memória que implica sempre em uma participação emotiva. “Sempre vaga, fragmentária, incompleta, sempre tendenciosa em alguma medida. A memória faz com que os dados caibam em esquemas conceituais, reconfigura o passado tendo por base as exigências do presente. (Rossi, 2010, p.28)

Rossi (2010) analisa detalhadamente a imagem de "história" que segundo ele, sufoca e mata as vivazes memórias particulares e locais, trazendo um apagamento. Logo, “apagar tem a ver com esconder, ocultar, despistar, confundir os vestígios, afastar da verdade, destruir a verdade” (Rossi, 2010, p. 32).

Além disso, existe a busca pelo apagamento da memória coletiva.⁴⁰ Essus (1995) entende por memória coletiva “o passado que se perpetuou e ainda vive na consciência coletiva” (1995, p.104). Para Recouer (2007) a memória coletiva apresenta excessos e deficiências. Esses abusos, resultam em uma manipulação concertada da memória e do esquecimento pelos detentores do poder. Desse modo, os poderosos definem o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido.

A memória além de ser impactada pelo trauma, carrega outras nuances bastante negativas: o medo e o silenciamento. O que leva a uma reflexão acerca das motivações que levaram tanto a nomeação da rua Ludovico de Mello Azedo como o que esteve por

⁴⁰ Para Tedesco (2004) a memória coletiva tende a estar em consonância com um conjunto das representações que cada grupo social produz, institucionaliza, pratica e transmite por meio de formas variadas de socialização e interação entre seus membros e os de fora.

traz do “esquecimento” de uma figura tão poderoso quanto Antônio Joaquim do Amaral e Silva.

No entendimento de François Hartog (2013) a memória coletiva pode fazer parte do "território" do historiador. De acordo com a observação que fez da obra de Nora, "o historiador do presente" é capaz de fazer, pelo menos de forma consciente, o passado manifestar-se no presente por meio da memória. Desse modo, o historiador se posicionaria entre a história e a memória se servindo de uma e de outra ao invés de se opor a essa relação.

A historiadora Circe Bittencourt (2009) apresenta a questão da memória, como a base da identidade, sendo a memória peça fundamental para se chegar à história local. Além da memória das pessoas, seja de forma escrita ou recuperada pela oralidade, há também os chamados "lugares de memória" que são os monumentos, praças, edifícios públicos e no caso analisado, a rua e o bairro que são elos de um passado escravocrata.

Tedesco (2004) ao citar Leroi-Gourhan (1978) conceitua a identidade individual e coletiva como "um instrumento de poder, poder pelo domínio da lembrança, da tradição, da sua própria manipulação, de retorno ao passado para servir o presente e o futuro". (Tedesco, 2004, p.90)

Em suma, a memória que foi contada e recontada, por tantas gerações através da oralidade, mostram o quanto as memórias coletivas e individuais são fundamentais para a História. No Mata-Negro, essas memórias contribuíram para uma melhor compreensão do passado independente da forma como a história é transmitida, interpretada e reinterpretada essa memória chegou até nós.

5.2 O “dever de memória”.

O filósofo francês Christophe Bouton (2016), nos fala sobre um dever de memória. Esse dever está na obrigação de utilizar a memória para recolher informações de eventos do passado, no geral, eventos assassinos. Esta seria uma forma de responsabilidade para com o passado, uma vez que as vítimas desta violência não devem ser esquecidas. Para ele, o dever de memória é transgeracional.

Quanto mais o tempo passa, menos ele é uma questão de culpa (isso desde o fato da morte dos autores), e quanto mais ela se torna uma questão de responsabilidade, na medida em que as novas gerações continuam a perpetuar

a memória, mesmo que não tenham nada a ver com os crimes do passado. A responsabilidade posta em jogo pelo dever de memória é mais no sentido de um interesse, uma preocupação (Bouton, 2016, p.218-219).

Nesse ponto, o dever de memória está em consonância com o dever do historiador em trazer à tona eventos traumáticos, que aliados as influências das relações de poder, levaram ao silenciamento e a naturalização dos fatos. Resgatar tais memórias implica lutar contra o esquecimento.

Para Paul Ricoeur (2007) o dever da memória se revela particularmente carregado de ambiguidades. Essa imposição do "ter" que lembrar corre o risco de ser entendida como um convite dirigido à memória para que provoque um curto circuito no trabalho da história. "Dizer 'você se lembra' também significa dizer 'você não esquecerá'. Pode até ser que o dever da memória constitua ao mesmo tempo o cúmulo do bom uso e do abuso no exercício da memória". (Ricoeur, 2007, p.100)

Ainda, segundo Ricoeur (2007, p.101) "o dever da memória é o dever de fazer justiça, pela lembrança". Tal perspectiva não se limita a guardar apenas o rastro material escrito. Sendo assim, a memória oral que perpassa gerações se torna o maior ato de resistência contra os abusos do poder.

Quanto ao dever do historiador Janice Gonçalves (2015) alerta que o "lugar" da memória não deve se limitar ao espaço acadêmico. É de extrema relevância apresentar os resultados da pesquisa para o local de onde essa memória veio. Em suma, "a memória está na cena pública, e refletir sobre ela nos obriga a abandonar o conforto da academia, para debatermos; debatermos, portanto, não apenas com nossos pares, mas com aqueles que, em disputa não desejam nossa mediação." (Gonçalves, 2015, p.26).

Em consonância, Meihy e Holanda (2015) destacam que na história oral o historiador deve ter o compromisso de devolver os resultados de sua pesquisa, o que seria uma condição básica para se justificar um projeto de história oral, que cumpre seu papel social. Nesse sentido, os textos "devem ser devolvidos aos protagonistas geradores e, conforme o caso, à comunidade que os provocou" (Meihy; Holanda, 2015, p.17).

Segundo Tedesco (2004) ao citar Todorov (1995) esse "dever de memória" envolve o trabalho do historiador, quando este se utiliza de referenciais do passado, para escolher fatos e selecionar dentre eles os mais importantes e significativos. Um trabalho de seleção e combinação, que pode também expressar um abuso de memória e sua pertinência. Nesse sentido, o historiador tem total responsabilidade

diante do papel da história e da sua relação com a verdade, de fazer com que o público local conheça a sua própria história.

5.3 Silenciamento imposto ou naturalização de um fato?

É muito comum na sociedade a manipulação da memória e do esquecimento pelos detentores do poder. Sendo assim, tanto a memória como o esquecimento podem ser instrumentalizados se tornando uma "razão estratégica" ao invés de uma "razão comunicacional". Nesse viés, abuso de memória são, também abusos de esquecimento. (Tedesco, 2004)

Ainda de acordo, com Tedesco (2004) ao citar Passerini (1978) a memória necessita de um certo tempo de silêncio para depois ser lembrada e isso em muitos casos acontece por meio de sinais públicos, como no caso do nome de uma rua, que tende a trazer um apagamento de memória e de reconstrução seletiva da mesma.

Nesse sentido, busca-se construir no imaginário social uma nova visão sobre o passado com a construção de personagens, símbolos e atribuição de novos valores. Sendo assim, o silêncio imposto à memória pode se dar nas dimensões burocrática, pública, oficial e coletiva. No entanto, na esfera do cotidiano, do indivíduo, do informal, esse processo não é tão eficaz, uma vez que as pessoas mesmo não falando, podem lembrar daquilo que aconteceu.

Para Pollak (1989) essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos" (Pollak, 1989, p.6). Isso é muito comum em pessoas que vivenciaram momentos traumáticos e convivem com o medo de não serem entendidos ou de sofrer retaliações por parte de pessoas que tem um certo poder e influência social.

Nesse viés, temos na História do Mata-Negro a consolidação de uma memória traumática. A psicanálise explica que o trauma permanece mesmo quando inacessível e indisponível, precisando ser substituído por algo que mascare esses traumas (Tedesco, 2004).

Há casos em que as pessoas evitam falar de acontecimentos traumáticos na tentativa de esquecer ou de gerar um apagamento dessas lembranças. De tal modo, isso leva a um silenciamento, como se fosse possível apagar o que aconteceu, contribuindo para a naturalização do que ocorreu. Durval Muniz de Albuquerque Júnior

(2019) destaca que há traumas que não devem ser esquecidos. “A história deve ser o trabalho com o trauma para que ele deixe de alimentar a paralisia e o branco psíquico e histórico” (Albuquerque Júnior, 2019, p.177).

Nesse sentido, ainda de acordo com o referido autor o trauma pode levar ao esquecimento, “pode provocar a incapacidade de dizer, de fazer ver, de representar, ele pode gerar o bloqueio da capacidade inventiva, poética, criativa dos indivíduos e da coletividade.”

Ao citar como exemplo o caso de Portugal, o autor destaca que os sucessivos traumas históricos vivenciados pelos portugueses, teriam levado a uma negação do passado recente e ao consumo de uma produção memorialística e histórica de um passado colonial glorioso que serve para mitificá-lo, como se isso pudesse apagar os eventos traumáticos.⁴¹

No que diz respeito a escolha do nome de Ludovico de Mello Azedo para nomear a rua, isso pode ser visto como uma estratégia de naturalização e esquecimento do passado controverso desse indivíduo. É como se os responsáveis por essa escolha buscassem normalizar suas ações, silenciando o que de fato aconteceu. Por isso, a memória se torna um ato de resistência contra o passado, porque desconstrói versões “oficiais” e dar voz aos “excluídos.”

⁴¹De acordo com Albuquerque Júnior (2019), a expulsão em massa de árabes e judeus da Península Ibérica, a Inquisição, a morte do rei D. Sebastião, a subordinação à Espanha na época de Felipe II, a perda das colônias nas Índias e a subordinação a Inglaterra, a invasão napoleônica e a fuga da família real para o Brasil, a perda de sua mais próspera colônia com a independência do Brasil, o salazarismo e a sua queda com a Revolução dos Cravos, a descolonização na África e o retorno de mais de oitenta mil portugueses vindos daquele continente, o choque representado pela entrada na Comunidade Econômica Europeia, seriam grandes traumas que teriam levado a uma não-inscrição. Nesse véis, o conceito de não-inscrição em Albuquerque Júnior pode ser entendido como um mecanismo de apagamento do passado. Nesse sentido, os portugueses enaltecem a memória do período colonial no intuito de trazer visibilidade para uma memória, para que outras sejam apagadas.

6 CONCLUSÃO

Considerando todas as informações apresentadas neste estudo, foi possível perceber o papel relevante da memória, seja ela viva ou cristalizada por aqueles que filtraram e interpretaram essa memória, para que a história do Mata Negro chegasse até os nossos dias. A fazenda apresenta um ponto crucial na história local e impressiona pelo seu teor chocante.

A narrativa assombrosa traz consigo muitos questionamentos acerca do que teria acontecido. Até então a versão mais conhecida e difundida é que o dono da fazenda teria decidido “livrar-se” de seus escravos decidindo que a morte seria a melhor alternativa para resolver aquilo que julgava ser um problema. No entanto, o papel do historiador não é repetir a memória, mas desconfiar, criticar e questionar essa memória. Porque descartar a versão de que poderia ter acontecido um acidente e não era a intenção do fazendeiro matar seus escravos? Porque não pensar que nessa memória pode está incluída também os julgamentos dos moradores da época, que perpetuou para as gerações seguintes o que eles “acharam” que aconteceu?

Até então esse fatídico acontecimento estava associado a Luduvico de Mello Azêdo. De certo modo, o lançamento dos livros de Alexandre Ferreira, “Ingá: *Retalhos de História... resquícios de memória*” e “*O gládio, o chicote e os gritos que não se ouviram da Senzala: História e memória da escravidão na vila do Ingá na segunda metade do século XIX*” contribuíram para perpetuar essa ideia, uma vez que muitos ingaenses desconheciam a história por traz da Fazenda Mata Negro.

Suas obras foram importantes para a historiografia local, pois foi a primeira vez em que foi abordado mais a fundo a temática da escravização em Ingá e instigaram a realização deste trabalho. No entanto, ao ir mais a fundo, tendo por base a sua pesquisa, ficou evidente muitas divergências em relação as fontes apresentadas por ele. Por esse motivo, a utilização de diferentes tipos de fontes, como inventários, processos judiciais, juntamente com a realização das entrevistas contribuíram para o preenchimento de muitas lacunas.

Até então, Luduvico de Mello Azêdo aparecia na documentação como morador de Gameleira, localidade que fica na divisa entre as cidades de Ingá e Mogeiro, sem nenhuma relação com a Fazenda Mata-Negro. Na busca pela composição dos relatos

que iriam compor as entrevistas, foi que surgiu a revelação de que a fazenda pertencia a Antônio Joaquim do Amaral e Silva, até então uma figura totalmente desconhecida.

Ele foi delegado da vila de Ingá entre as décadas de 1880-1890, e depois exerceu a função de juiz municipal. À medida que os indícios apontaram para a possibilidade dele ter sido o dono da fazenda, as narrativas silenciadas começam a fazer sentido. O que leva a entender que essa seria a razão para o processo não ter sido encontrado. Ele não existiu ou caso tenha existido foi extraviado. Afinal, como os cativos poderiam medir forças com o delegado da cidade?

o objetivo aqui não foi julgar as versões apresentadas como sendo verdadeiras ou falsas, mas apresentar que há versões diferenciadas sobre o que aconteceu. Mesmo com novas versões, é inegável que o Mata Negro se configurou como um lugar de sofrimento para os escravizados, levando a hipótese de que matar escravos queimados foi uma prática que pode ter ocorrido mais de uma vez no local.

Diante desse cenário, foi crucial adotar uma postura cautelosa ao abordar tais acontecimentos, visto que a história é frequentemente permeada por diferentes narrativas que refletem perspectivas variadas, interesses políticos e visões de mundo distintas. Nesse sentido, é essencial evitar julgamentos precipitados e buscar compreender o contexto mais amplo no qual esses eventos se desenrolaram.

Muitas vezes, esbarramos em problemas relacionados a escassez de fontes, uma vez que o foco principal do trabalho buscou tratar de um grupo social – os escravizados - que praticamente não produziu documentos escritos. As fontes encontradas batem de frente com as relações políticas e sociais de poder, o que por vezes, pode ter contribuído para “maquiar” a verdade. Diante dessa dificuldade, nenhum tipo de fonte foi negligenciado, sejam elas escritas ou orais.

Outra dificuldade esteve relacionada à conservação e o arquivamento dos documentos encontrados no Fórum Municipal de Ingá, muitos deles, em caixas que nem sequer correspondiam ao recorte histórico indicado. Mesmo assim, o conjunto de registros contribuiu para delinear o cenário vivenciado pela sociedade ingaense onde foi possível conhecer um pouco dos aspectos da vida material de pessoas influentes, como é o caso das famílias Mello Azedo e Amaral e Silva.

A análise minuciosa do inventário de João de Mello Azedo, mostram pontos de divergência com a pesquisa de Ferreira. Luduvico de Mello Azedo não era filho de João de Mello Azedo, ele era sobrinho e genro. Morava em Gameleira, próximo a Mogeiro, sem nenhuma referência a localidade próxima ao Zabelê, onde está localizada a

Fazenda Mata Negro. As terras da família Mello Azedo não iam de Campina Grande, passando por Ingá e terminavam em Mogeiro. Suas terras se concentravam na região de Mogeiro, que na época ainda pertencia a Ingá.

Por sua vez, o processo judicial movido pelo padre José Alves, levaram a um entendimento de como Luduvico de Mello Azêdo se comportava diante da sociedade, as rivalidades políticas, muitas vezes achando-se acima da lei por ser Tenente Coronel da Guarda Nacional.

Ao refletirmos sobre as ações atribuídas a Antônio Joaquim do Amaral e Silva e Ludovico de Mello Azedo, é imprescindível manter aberta a possibilidade de que a verdade histórica possa ser multifacetada. Somente por meio da análise cuidadosa, do aprofundamento em outros tipos de fontes e da consideração das diferentes perspectivas é que foi possível nos aproximarmos de uma compreensão mais completa dos eventos passados. A abordagem sensata diante dessas narrativas divergentes nos convida a refletirmos sobre a importância de examinarmos criticamente os eventos, reconhecendo as complexidades inerentes à construção do conhecimento histórico.

Nesse sentido, o papel da memória apresenta várias nuances, sobretudo quando trazemos à tona a nomeação de uma rua em homenagem a Luduvico de Mello Azêdo. É impossível não fazer ligação ao passado de dor e sofrimento dos escravizados. Desse modo, manter o nome de uma rua em homenagem a alguém com um histórico tão cruel pode ser interpretado como uma forma de glorificar atos condenáveis e desrespeitosos. Ao mesmo tempo que leva a refletirmos acerca do que esteve por trás dessa homenagem, para que uma memória dominante prevalecesse, muitas memórias foram silenciadas e até mesmo manipuladas, levando a uma naturalização dos fatos.

Portanto, o referencial teórico, permitiu alcançar os objetivos desejados, considerando que no decorrer da pesquisa, as fontes mencionadas responderam o problema de pesquisa, apresentando a relação entre os personagens e a fazenda. Luduvico de Mello Azêdo como o feitor e Antônio Joaquim do Amaral e Silva como o dono.

Isso no leva a concluir os diferentes alcances da memória, pois ao mesmo tempo que existe uma memória que resistiu ao tempo e foi passada de geração em geração, dando voz aos excluídos, também temos uma construção memorialística que silenciou a existência de Antônio Joaquim do Amaral e Silva e foi responsável pela nomenclatura da rua “Ludovico de Mello Azedo”, processo que envolve manipulação, esquecimento, silenciamento e normalização de práticas cruéis.

Por fim, é perceptível que ao preencher muitas das lacunas propostas inicialmente, no desenvolvimento da pesquisa surgiram novos questionamentos que demandam investigações mais aprofundadas. Desse modo, que esse trabalho possa ser visto como um ponto de partida para inspirar novas pesquisas, incentivando a continuidade do debate acadêmico e enriquecendo mais ainda o campo historiográfico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. As sombras brancas: trauma, esquecimento e usos do passado. In.: (org.). **O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da História**. São Paulo: Intermeios, 2019, p.165- 177.
- ALMEIDA, Amanda Luiza Freire de.; SILVA, Edjane Esmerina Dias da. Lugares de memória e a nomeação do patrimônio público com nomes de pessoas em Campina Grande – PB/Brasil. **REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 47-56, 2018. Disponível em: <https://reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/825>. Acesso em: 21 abr. 2024.
- AMORIM, Leonília Maria de. “O trabalho é coisa de negro”: a escravidão. In: GURJÃO, Eliete de Queiroz. LIMA, Damião de. (Orgs.). **Estudando a História da Paraíba: uma coletânea de textos didáticos**. [Livro eletrônico] Campina Grande: EDUEPB, 2021.p.53-57
- BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p.23-79.
- BARRONCAS, Ramon. A memória, o esquecimento e o compromisso do historiador. **Em Tempo de Histórias**, [S. l.], n. 21, p. 124–136, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/19842>. Acesso em: 27 março de 2024.
- BARROS, José D’Assunção. História local e história regional – a historiografia do pequeno espaço. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 18, n. 2, p. 22-53, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2022.57694>. Acesso em: 28 de março de 2024.
- BARROS, José D’Assunção. A Escola dos Annales e a crítica ao Historicismo e ao Positivismo. **Revista Território e Fronteiras**. v.3, n.1, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.22228/rtf.v3i1.56>. Acesso em: 02 de abril de 2024.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2009.
- BOSI, Ecléa. Tempo de lembrar. IN: **Memória e sociedade: Lembrança dos velhos**. 2. ed. São Paulo: T.A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1987. p.31-50.
- BOUTON, Christophe. Responsabilidade pelo passado: lançando luz no debate sobre o "Dever de Memória" na França. **Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia** V. 7, N.1. p.271- 283, 2016. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/view/5245. Acesso em 10 abr. 2024.

BRITO, Esther Rosa. FILHO, Aureliano José Ferreira. Inventários post mortem, famílias escravos e posse de terras. São João do Tijuco MG (1850-1890). In: **XXVII Simpósio Nacional de História - ANPUH**. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal RN. 22-26, jul., 2013. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/27/1370382765_ARQUIVO_INVENTARIOSPOSTMORTEM,FAMILIASEPOSSEDETERRAS.SAOJOSEDOTIJUCOMG,1850-1890_2_.pdf. Acesso em 19 abr. 2024.

BRITO, Vanderley. **História de Campina Grande**: de aldeia a metrópole. Campina Grande: Centro Editorial do IHCG, 2020.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAVALCANTI, Erinaldo. História e história local: desafios, limites e possibilidades. **Revista História Hoje**, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 272–292, 2018. DOI:10.20949/rhhj.v7i13.393. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/393>. Acesso em: 16 abr. 2024.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

COSTA, Lidiana Justo da. **Cidadãos do império, alerta!** A guarda nacional na Paraíba oitocentista (1831-1850). 2013. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

ESSUS, Ana Maria Mauad de Souza Andrade. Resgate da memória. In: COSTA, Hebe Maria Mattos de.; SCHNOOR, Eduardo. (orgs.). **Resgate: uma janela para o oitocentos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. p.99-138.

FRANÇA, João Paulo. A “Rua do Esquecimento”: a memória dominante nos logradouros centrais de Campina Grande-PB. **Revista Espacialidades**, [S. l.], v. 8, n. 01, p. 298–317, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/17763>. Acesso em: 17 abr. 2024.

FRANÇA, João Paulo. As ruas no processo de disputa da memória coletiva: a nomeação e renomeação dos logradouros públicos no século XXI e suas implicações históricas e cotidianas. **Revista Crítica Histórica**, [S. l.], v. 10, n. 19, p. 230–253, 2019. DOI: 10.28998/rchv10n09.2019.0013. Disponível em:

<https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/6812>. Acesso em: 14 abr. 2024.

FEVRE, Lucien. **Combates pela história**. Lisboa: Presença, 1989.

FERREIRA, Rau. **Relatos de Campina**. Edições Banabuye, Esperança, 2012.

FERREIRA, Alexandre. **O gládio, o chicote e os gritos que não se ouviram da Senzala**: História e memória da escravidão na vila do Ingá na segunda metade do século XIX. Queimadas: Gráfica Cópias e Papéis copiadora, 2016.

FERREIRA, Alexandre. **Ingá: Retalhos de História... resquícios de memória**. 2. ed. Campina Grande: Cópias e Papéis, 2017.

FERREIRA, Alexandre. **Surrão**: Cangaceiros e coronéis no império do Bacamarte. Queimadas: Cópias e Papéis Editora, 2023.

FURTADO, Júnia Ferreira. A morte com testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo; Contexto, 2009. p.93-118.

GRINBERG, Keila. Processos criminais: A história nos porões do arquivo judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p.119-139.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias**: Paraíba (1889-1945). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MANOEL, Júlio Cesar Costa. A Lei dos Sexagenários como estratégia para manutenção da precariedade socioespacial no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 12, n. ed. especial, p. 12–31, 2020. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/852>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. 2. ed., 4 a reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

MELO, Vilma de Lurdes Barbosa e. **História local**: contribuições para pensar, fazer e ensinar. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, v.10, p. 07-28, dez, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 17 abr. 2024.

ORIÁ, Ricardo. Memória e o Ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe (org.) **O saber histórico na sala de aula**. 12 ed. São Paulo: Contexto, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 2.ed. Campinas: Pontes, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatagy. **História e Reflexão**... História e História Cultural. 2. ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e Notas para a História da Parahyba**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1977.

PINTO, Danilo César Souza. Etnografia de Espaços Estatais: Os Nomes das Ruas da Cidade de São Paulo. Ponto Urbe - **Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, 2015, p. 15-16. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/2702>. Acesso em 16 abr. 2024.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. p.3-15.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992. p. 200-212.

RÉMOND, René. Algumas questões de alcance geral á guisa da introdução. IN: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 203-209.

RAMOS, Adauto. **Os Mello Azedo da Paraíba**. João Pessoa: Plaquete, 2004. p.1-14.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2007.

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba oitocentista**: população, família e parentesco espiritual. São Paulo: editora UNESP, 2009.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**: seis ensaios da história das ideias. Tradução: Nilson Moulin. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SANTO, Elimar Cosme do Espírito. O Processo Criminal da Segunda Metade do Século XIX Brasileiro como (também) um 'Teatro de Aparências'. In: SILVA, Maria Larisse Elias da; FARIAS, Ana Elizabete Moreira de; CASTRO, Tatiana de Carvalho (Orgs.). **Pesquisa histórica em perspectiva**: cultura, sociedade e política, v. 1, Campina Grande: Ampla Editora, 2023, p. 12-28.

SANTOS, Vílson. Técnicas da tortura: punições e castigos de escravos no Brasil escravista. **Enciclopédia Biosfera**, [S. l.], v. 9, n. 16, 2013. Disponível em: <https://conhecer.org.br/ojs/index.php/biosfera/article/view/3538>. Acesso em: 21 abr. 2024.

SILVA, Eleonora Félix da. E.P. Thompson e as contribuições para a história social e os estudos sobre a escravidão no Brasil. In: **XIII ENCONTRO ESTADUAL DA ANPUH-PB: História e Historiografia: entre o nacional e o regional**, 2008, Guarabira (PB). XIII Encontro Estadual da ANPUH-PB: História e Historiografia: entre o nacional e o regional, 2008.

SILVA, Doralice Amâncio da. **Eufrásio (s) de Arruda Câmara**: um estudo de caso das relações de poder das elites locais na Parahyba. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, p.49, 2017.

SLENES, Robert Wayne. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SORRENTINO, Rossana de Souza (coord.); CAVALCANTI, Maria Helena Pereira; GONÇALVES, Regina Célia; SOUSA, Vilma de Lurdes Barbosa. Uma História do Ingá. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória**: temporalidades, experiências e narração. 2. ed. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2014.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Fontes

Certidões, inventários e processos judiciais

Manuscritos:

ALMEIDA, José Dias. (17 de dezembro de 1890). Registro de Casamento [certidão]. Livro I. Ingá. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-6XC5-WK?cc=2015754&wc=WPJL>. Acesso em: mar. 2024.

AMARAL, Manoel Ramos. Ação de manutenção de posse. [processo]. Réu: Maria Idalina Alves Trigueiro. Autor: Manoel Ramos do Amaral. Arquivo Morto do Fórum de Ingá. Ingá, 1913.

AMARAL, Manoel Ramos. Sentença de justificação nº10.335. Natal: 4º Cartório Judiciário do Rio Grande do Norte. Livro "A", nº 65, 1942. N° do filme:103191927. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-CSN9-LF6Z?cc=2177294>. Acesso em: mar. 2024.

INGÁ. Subdelegacia do Distrito da Villa do Ingá. [Encaminhamento para corpo de delito]. Réus: Paulo da Costa Travassos; Francisco José de Araújo. Arquivo Morto do Fórum de Ingá. Ingá, 1892.

INGÁ. Subdelegacia do Distrito da Villa do Ingá. [Inquérito Policial]. Réu: Luduvico de Mello Azêdo. Autor: Padre José Alves Cavalcante de Albuquerque. Arquivo Morto do Fórum de Ingá. Ingá, 1898.

INGÁ. Termo de compromisso de Antônio Joaquim do Amaral e Silva - Renomeação. Secretaria do Estado da Parahyba: Livro competente p.13-14, fl.246. Arquivo Morto do Fórum de Ingá. Ingá, 1911.

Inventário *post-mortem* de João de Mello Azedo, 1883. Ingá: Arquivo Morto do Fórum Municipal.

Inventário *post-mortem* do Tenente Coronel Domingos Trigueiro Castello Branco, 1906. Ingá: Arquivo Morto do Fórum Municipal.

Inventário *post-mortem* de João Nunes Trigueiro, 1914. Ingá: Arquivo Morto do Fórum Municipal.

MESQUITA, Eustáquio Carneiro de. (1883). Sumário de culpa. [processo]. Ingá: Arquivo Morto Fórum Municipal.

Registro de Casamento de José Dias de Almeida e Antônia Maria da Conceição. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-6XC5-WK?cc=2015754&wc=WPJL>. Acesso em: abr. 2024.

Outros documentos

Quadro dos beneméritos das obras de conclusão da Matriz. Ingá-PB, 1913.

Entrevistas

LIMA JÚNIOR, Levi Borges de, 47 anos, advogado. Entrevista concedida a Mônica Agra de Azevêdo em 11 de março de 2024.

LUZ, Walter Mário Góis da, 76 anos, Secretário de Turismo de Ingá. Entrevista concedida a Mônica Agra de Azevêdo em 17 de março de 2024.

MELO, Maria José de Oliveira, 69 anos, aposentada. Entrevista concedida a Mônica Agra de Azevêdo em 19 de março de 2024.

PEREIRA, Renata Lívia da Silva, 23 anos, professora de Língua Espanhola. Entrevista concedida a Mônica Agra de Azevêdo em 18 de março de 2024.

Iconográficas

FOTOGRAFIA 1 - Fazenda Mata-Negro.

FOTOGRAFIA 2 - "Mapa" da escravidão em Ingá.

FOTOGRAFIA 3 - Antiga fachada do Casarão Senzala.

FOTOGRAFIA 4 - José Sinval: antigo dono da Fazenda Mata-Negro.

FOTOGRAFIA 5 - Antônio Joaquim do Amaral e Silva.

FOTOGRAFIA 6 - Manoel Ramos do Amaral e Jardelina Travassos da Luz.

FOTOGRAFIA 7 - Antiga placa que nomeava a rua "Ludovico de Mello Azedo".

Jornal

Jornal Estado da Parahyba do Norte. Ano 1909/ Edição B00066.

LIBERAL PARAHYBANO, Jornal, Parahyba do Norte 05 de agosto de 1882.

O Ingaense, Jornal, Ingá 21 de outubro de 1914.

Sites

DEMENTSHUK, Márcia. O casarão da senzala, meu lar. Blog do Vavá da Luz, 2015. Disponível em: <https://blogdovavadaluz.com/sem-categoria/o-casarao-da-senzala-meu-lar-marcia-dementshuk>. Acesso em: abr.2024.

FAMILY SEARCH (Serviço fornecido por A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias). Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/>. Acesso: maio 2024.

FERREIRA, Alexandre. A geografia da escravidão no Mata Negro do Ingá. Blog o Ingaense, 2017. Disponível em: <https://www.oingaense.com.br/2017/03/a-geografia-da-escravidao-no-mata-nego.html>. Acesso em: 10 fev. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades. Ingá. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/inga/panorama>. Acesso em: 14 jun. 2024.

MELLO, Alfredo Cabral de. João de Mello Azedo. 2016. Disponível em: <https://alfredomello.blogspot.com/2016/10/joao-de-mello-azedo.html?m=1>. Acesso em: 10 abr. 2024.

TRIBUNA DO VALE. Vereador de Ingá propõe mudança de nome de rua que homenageia matador de escravos. Tribuna do Vale online, 2016. Disponível em: <http://tribunadovaleonline.blogspot.com/2016/11/vereador-de-inga-propoe-mudanca-de-nome.html> . Acesso em: 25 abr. 2024